



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS IV*

ANA GLÁUCIA NOVAIS DA SILVA OLIVEIRA
CLARIÉCIA FREIRE SILVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR NOS TRABALHOS
COM A LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO**

JACOBINA-BA

2013

ANA GLÁUCIA NOVAIS DA SILVA OLIVEIRA

CLARIÉCIA FREIRE SILVA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR NOS TRABALHOS COM A
LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas *Campus IV* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas.

Professora orientadora: Ma. Márcia Regina Mendes Santos

JACOBINA-BA

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA GLÁUCIA NOVAIS DA SILVA OLIVEIRA

CLARIÉCIA FREIRE SILVA

O USO DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR NOS TRABALHOS COM A LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO

Monografia apresentada à banca examinadora designada pelo curso de graduação em Letras Vernáculas, Licenciatura pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Departamento de Ciências Humanas – *Campus IV*.

Aprovado em _____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. ^a Ma. Márcia Regina Mendes Santos – UNEB/DCH – *Campus IV* (Orientadora)

Prof. ^a Ma. Rúbia Mara de Sousa Lapa Cunha – UNEB/DCH – *Campus IV* (Examinadora)

Prof. ^a Ma. Dayane Moreira Lemos – UEFS (Examinadora)

JACOBINA – BA

2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que foi nosso sustento e nos deu coragem para finalizar mais uma jornada.

A nossa família, por acreditar e investir em nós, dando-nos segurança de que não estávamos sozinhas nessa caminhada e nos apoiando em todos os momentos, principalmente, os mais difíceis.

Aos nossos colegas de classe, que estiveram conosco no decorrer dessa jornada, nossos agradecimentos, pelas alegrias, tristezas e ansiedades compartilhadas durante o curso.

Aos professores do curso de Letras Vernáculas, que contribuíram para nosso crescimento acadêmico e pessoal, em especial ao professor Dr. Antenor Rita Gomes pelo incentivo e as sugestões valiosas no início desta pesquisa.

Por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente nos apoiaram e estiveram próximo de nós durante essa caminhada.

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar o uso do livro didático pelo professor do ensino médio, enfocando o ensino de leitura e produção escrita. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como sujeitos envolvidos professores com formação em Letras Vernáculas, atuantes há mais de dez anos na escola da rede pública estadual, Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, situada na cidade de Jacobina-BA que atende estudantes de primeira a terceira série do ensino médio. Buscaram-se respostas às seguintes questões: de que forma o professor utiliza o livro didático em sala de aula? E qual a sua influência no processo do ensino e aprendizagem de leitura e produção textual? Deste modo, para a análise dos dados, utilizou-se como ferramenta a aplicação de um questionário e observação em sala de aula, a fim de responder a essas indagações, bem como conceitos teóricos, tais como: Antunes (2003), Batista (2003), Bunzen (2009), Rojo (2003), entre outros, para melhor aprofundamento de nossas ideias. Visto que há a necessidade de mais pesquisas, voltadas para a prática do professor do ensino médio frente ao trabalho com o livro didático, esse estudo procurou analisar em que medida os professores utilizam o livro didático para desenvolver o trabalho com os eixos leitura e produção de textos. Tendo por base essa percepção, verificamos que o livro didático passou por grande evolução ao longo dos anos, com mudanças bastante positivas. Foi possível perceber que ele pôde mostrar-se como um instrumento eficiente e que ainda possui grande influência no ambiente de ensino e aprendizagem, principalmente ao se tratar do ensino de leitura e produção escrita. Constatou-se que os professores ainda utilizam o livro didático para trabalhar a leitura e produção textual, porém esses docentes sempre o utilizam como complemento para facilitar o ensino e aprendizado, já que ele não é o único material que faz parte dos processos educativos. Portanto, verificou-se que esses educadores, de certa forma, atendem às recomendações dos PCNEM quando procuram outros meios de estimular o aprendizado dos educandos, levando em consideração tanto a realidade da unidade escolar quanto a dos alunos.

Palavras-chave: Livro didático. Prática do professor. Leitura e produção.

ABSTRACT

This work investigates the use of textbooks by high school teacher , focusing on teaching reading and writing . This is a qualitative approach with the individuals involved with training teachers in Vernacular Letters , active for over ten years in the state public school , College Model Luis Eduardo Magalhaes , located in the town of Jacobina , Bahia serving students from first to third grade of high school. We sought answers to the following questions : how the teacher uses the textbook in the classroom ? And their influence on the teaching and learning process of reading and textual production ? Thus, for data analysis , was used as a tool to apply a questionnaire and observation in the classroom in order to answer these questions , as well as theoretical concepts , such as : Antunes (2003) , Batista (2003) , Bunzen (2009) , Rojo (2003) , among others, to deepen our best ideas . Since there is a need for more research on practice of the high school teacher forward to working with the textbook , this study sought to examine the extent to which teachers use the textbook to develop the work with the axes reading and production of texts . Based on this perception , found that the textbook has undergone significant evolution over the years , with very positive changes . It was possible to realize that he could show itself as an efficient tool that still has great influence in the teaching and learning environment , especially when dealing with the teaching of reading and writing . It was found that teachers still use the textbook to work reading and textual production , but these teachers always use it as a complement to facilitate teaching and learning , as it is not the only material that is part of the educational processes . Therefore , it was found that these educators , in a way, meet the recommendations of PCNEM when seeking other ways to stimulate the learning of students , taking into consideration both the reality of the school unit for students .

Keywords: Textbook. Teacher practice. Reading and production.

LISTA DE SIGLAS

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL - Instituto Nacional do Livro

LD - Livro Didático

LDP - Livro Didático de Português

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN + - Complemento aos Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PIBID - Programa Institucional de Bolsista de Iniciação à Docência

PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 LEITURA E PRODUÇÃO NO ENSINO MÉDIO: uma relação com o livro didático	12
1.1 A PROPOSTA DOS PCNEM: algumas considerações.....	12
1.2 O TRABALHO COM A LEITURA E O LIVRO DIDÁTICO.....	15
1.3 O TRABALHO COM A ESCRITA E O LIVRO DIDÁTICO.....	23
2 O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: algumas implicações	30
2.1 PANORAMA HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO.....	30
2.1.1 Programa Nacional do Livro Didático.....	36
2.2 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: a função em sala de aula.....	38
3 A PESQUISA	40
3.1 METODOLOGIA: caminhos percorridos.....	40
3.2 LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS: algumas considerações.....	43
3.3 A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO.....	47
3.4 A PRÁTICA DO PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO.....	50
3.5 FUNÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO: o olhar do professor do ensino médio.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXO A	66

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho pretende-se pontuar algumas questões em torno do uso do livro didático nos trabalhos com a leitura e produção escrita, mediada pelo professor do ensino médio.

Diante de várias pesquisas envolvendo o livro didático, entendemos que este faz parte da história da escola há algum tempo, permanecendo no imaginário da comunidade que faz o seu uso. Ele faz parte da cultura e da memória de muitas gerações e tem múltiplas funções no ambiente escolar. Mesmo diante de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para o estudante, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. Ele é importante também por seu aspecto cultural e político, à medida que produz valores da sociedade em relação ao próprio processo de transmissão e construção de conhecimento. E, apesar de tantas críticas em relação à sua qualidade no decorrer da história, ele só recebe uma preocupação maior a partir da criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que tenta ajustar os conteúdos desse livro às propostas sugeridas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio PCNEM.

No que se refere ao ensino de leitura e produção no ensino médio, sabe-se que os alunos devem ser preparados para refletirem criticamente sobre a sociedade, refletindo sobre variados contextos, portanto a leitura e produção devem contribuir para a formação social desses alunos. Mas, apesar de o livro didático ser considerado como material necessário no processo de ensino e aprendizagem desses conteúdos, ele não deve constituir-se como única fonte de construção e transmissão de conhecimento disponível para o educador, mesmo que este o utilize de forma didaticamente correta em sala de aula, pois o docente deve ter consciência que o aluno precisa de um trabalho diversificado e, para que isso aconteça, é preciso que outras fontes sejam incorporadas em sua prática, para que assim, outras informações ou conteúdos venham completar e enriquecer o trabalho com o livro didático.

Nesse contexto, a ideia de pesquisar sobre esse objeto surgiu com base na experiência adquirida no Estágio Curricular Supervisionado I¹. Apesar de nesse período termos

¹ Corresponde às práticas de observação na sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, Componente Curricular obrigatório no Curso de Letras Vernáculas.

encontrado professores do ensino médio que não utilizavam o livro didático de Língua Portuguesa, pesquisas apontam que ele ainda ocupa um papel importante na prática docente, como afirma Rojo (2005), exercendo grande influência na vida do aluno, principalmente aqueles que estudaram todo o período escolar na rede pública e, muitas vezes, tem como leitura extraescolar apenas esse material escrito, permitindo relembrar o que foi estudado em sala de aula. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de mais pesquisas sobre esse método educacional, para entendermos como ele vem sendo utilizado no âmbito do ensino.

Diante dessa circunstância, portanto, o problema investigativo que orientou essa pesquisa sintetiza-se nos seguintes questionamentos: de que forma o professor utiliza o livro didático em sala de aula? E qual a sua influência no processo ensino e aprendizagem de leitura e produção textual?

A partir dessas indagações, torna-se importante um olhar voltado para as práticas constituídas na esfera escolar, dessa forma, buscaremos como objetivo geral desta pesquisa, analisar em que medida os professores utilizam o livro didático para desenvolver o trabalho com os eixos leitura e produção. Como objetivos específicos, procuraremos: examinar de que forma os professores seguem as propostas do livro didático; verificar o posicionamento do professor e as recomendações dos PCN em relação a este instrumento de trabalho e, por fim, discutir a função pedagógica do livro didático.

A metodologia desenvolvida em nossa pesquisa foi a qualitativa, uma vez que procuramos analisar, interpretando o *corpus*, constituído através de observações em sala de aula e aplicação de questionário à três professores do ensino médio, sendo que cada professor de uma série diferente, tendo como espaço escolhido para a coleta de dados o colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães situado na cidade de Jacobina - BA.

Com a finalidade de darmos conta das reflexões levantadas a partir da pesquisa, este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado de *Leitura e produção no ensino médio: uma relação com o livro didático*, abordamos algumas considerações importantes sobre as propostas dos PCNEM para o ensino da Língua Portuguesa, além disso, objetiva discutir sobre a prática do professor do ensino médio no processo de ensino de leitura e produção escrita, relacionando ao uso do livro didático.

O segundo capítulo tem por título *O livro didático de língua portuguesa: algumas implicações* e tem como propósito abordar de forma sucinta como se deu o processo de regulamentação de fabricação e distribuição do livro didático no Brasil, bem como discutir sua função no processo de ensino e aprendizagem.

No terceiro capítulo, intitulado de *A pesquisa* apresentamos os caminhos percorridos para a concretização da pesquisa, também algumas considerações relevantes em relação à leitura e produção de textos, oferecidas pelo livro didático, escolhido pelos professores de linguagens da escola supracitada, além das análises dos dados, procurando discutir a prática do professor e seus procedimentos metodológicos, tentando responder nossos objetivos e indagações.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre o uso do livro didático pelo professor ao trabalhar com o ensino de leitura e produção escrita, procurando colaborar para que este trabalho possa ajudar na prática dos atuais docentes e aos futuros pesquisadores da área de ensino.

1 LEITURA E PRODUÇÃO NO ENSINO MÉDIO: uma relação com o livro didático

Este capítulo tem como propósito refletir sobre a prática pedagógica docente ao trabalhar com a leitura e produção e sua relação com o livro didático, mas, antes disso, faz-se necessário discorrer sobre as propostas sugeridas pelos PCN, em especial o do Ensino Médio, mostrando sua relevância para a qualidade de ensino, visto que neste documento são apresentadas propostas de trabalhos que podem ser desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem, levando o aluno a pensar criticamente os aspectos e competências da língua materna, bem como contribuir no exercício da docência, ajudando o professor a avaliar seus métodos de ensino.

1.1 A PROPOSTA DOS PCNEM: algumas considerações

De acordo com Ferreira (2001) os Parâmetros Curriculares Nacionais são de fundamental importância para a atual educação brasileira, e possui espaço significativo nas discussões acadêmicas, pela sua tematização de programas de formação docente, nos debates instalados pela mídia e, principalmente, pelo grau de influência que os PCNEM têm proposto nas políticas de edição de livros didáticos.

A autora ainda afirma que os PCNEM foram publicados a partir de debates para tentar mobilizar o âmbito educacional, com o intuito de atender variadas ações, como exemplo, a reforma do ensino médio e profissionalizante, desenvolvimento de aparelhos de educação à distância, a avaliação de qualidade de ensino fundamental e médio, a qualidade na produção de livros e materiais didáticos, entre outros. Nesse sentido, entende-se que os PCNEM, que tem como base o imaginário social, promovendo o ensino da leitura e escrita como saberes legítimos, surgem para contribuir no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas.

Este documento faz uma crítica ao chamado *ensino tradicional*, definido por Ferreira (2001) como aquele que não leva em consideração a realidade e interesse dos alunos. E há neste tipo de ensino uma escolarização artificial das atividades de leitura e de escrita, bem como a ideia de que a língua é fixa e sem variações. Nesse sentido Witzel (2002) concorda

com Ferreira (2001) ao apontar que a prática pedagógica utilizada por professores de Língua Portuguesa era a *tradicional*, isto é, “ensinar língua significava, basicamente, ensinar a teoria gramatical. Os manuais didáticos, baseados nos Programas Oficiais visavam, sobretudo, ao ensino da gramática normativa” (WITZEL, 2002, p.24). Nesse contexto, os PCNEM fazem uma crítica a esta prática e propõem ao ensino de língua portuguesa “o domínio da competência textual além dos limites escolares, na solução dos problemas da vida como no acesso aos bens culturais e à participação plena no mundo letrado” (FERREIRA, 2001, p. 04).

Os PCN, referindo-se ao ensino de Língua Portuguesa do ensino médio, apresentam indicações de que os alunos deverão adquirir competências e habilidades em relação à linguagem. Nessa perspectiva a linguagem é considerada, segundo essas bases legais, como capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade.

Dessa forma, os PCNEM apresentam competências e habilidades que os alunos devem desenvolver no ensino de Língua Portuguesa, propiciando sua participação na vida social, e que é pertinente aqui ressaltar:

a) Representação e comunicação:

Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal;

Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade;

Aplicar as tecnologias de comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida.

b) Investigação e compreensão:

Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis);

Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial;

Articular as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos.

c) Contextualização sociocultural:

Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;

Entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social (BRASIL, Ministério da Educação, 2000, p. 24).

Entende-se que tais competências inovam o estudo de língua materna levando a uma reflexão crítica sobre a língua e a linguagem num contexto interdisciplinar. Fenômeno ainda pouco visto nas aulas de Língua Portuguesa, que até hoje é centralizada, “em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto” (BRASIL, 2000, p. 16), tais habilidades são bastante presentes na maioria dos livros didáticos, como os próprios PCNEM criticam ao informar que este instrumento de ensino segue a prática de separar a gramática dos textos literários e redação, como se fosse impossível trabalhar leitura, produção escrita e conhecimentos linguísticos em um único contexto.

Sabe-se que o livro didático ainda se configura como o principal instrumento de ensino em sala de aula, e os PCNEM também surgiram pensando em melhorar a qualidade de produção desses livros. Dessa forma, o PNLD tem por base o atendimento das propostas desse documento. Nesse sentido, o livro didático deve contribuir para o alcance dos objetivos do ensino de língua portuguesa propostos pelos PCNEM, como bem destaca Bunzen:

Se os PCN trazem parâmetros para construção dos ‘conteúdos mínimos’ e para “formação básica comum”, a avaliação do livro didático realizada pelo PNLD precisa, então, garantir que os projetos didáticos contribuam efetivamente com os objetivos definidos em documentos como os parâmetros e referenciais curriculares.

(...) O PNLD procura justamente destacar e aprovar as obras que, de certa maneira, procuram instaurar um ‘outro modo de se produzir e de se compreender/ler textos em sala de aula’ (BUNZEN, 2009, p. 72).

Sobre os objetivos do ensino de língua portuguesa, de acordo com Simões (2000), os PCNEM redefinem-no enfatizando modificações de cunho qualitativo para o processo do ensino/aprendizagem, no nível médio, que implicam a ordenação de um conjunto de exposições e atitudes, como exemplo: pesquisar, selecionar informações, analisar, sistematizar, argumentar, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos. Torna-se, portanto, impossível objetivar tais competências sem o trabalho sistemático e organizado com as linguagens. Esses objetivos estão calcados na ideia de que a linguagem existe para que haja

interação entre o homem e o mundo ou entre o homem e ele mesmo, pois é através das linguagens que o homem modifica o meio social e cultural.

Logo, a linguagem é a arma mais potente de que se tem conhecimento; e sua força se amplia à medida que o mundo se desenvolve, que os recursos se multiplicam, que o homem exige mais e mais de si e dos outros (SIMÕES, 2000, p. 113).

Sendo assim, o ensino de língua portuguesa no ensino médio, de acordo com Visioli (2004), objetiva pelo desenvolvimento da capacidade comunicativa, isto é, pelo aumento da capacidade de adequação do ato verbal em várias situações comunicativas. Segundo os PCNEM:

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informações, ao exercício da reflexão (BRASIL, Ministério da Educação, 2000, p. 30).

Dessa forma, os textos, de acordo com Simões (2000), são apresentados neste documento como enunciativos que envolvem vários aspectos: historicidade do sistema linguístico e comunicativo em seu determinado contexto; linguagem verbal como material de reflexão; leitura/escuta e produção de textos orais e escritos, tendo como meta a organização de outros textos; relações entre textos/contextos por meio de vários gêneros textuais. Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa de acordo com os PCNEM, priorizam o texto e contexto, e inovam ao sugerir um ensino de gramática contextualizada. Inovações estas, que devem ser seguidas pelo PNLD ao avaliar os Livros Didáticos atuais.

1.2 O TRABALHO COM A LEITURA E O LIVRO DIDÁTICO

Em uma situação de ensino e aprendizagem, os personagens fundamentais são o professor e o aluno. No enredamento desse processo educativo, o docente desempenha grande influência sobre o educando e o bom relacionamento entre ambos depende em grande parte da colaboração de cada indivíduo para assim abrir novas possibilidades de realizações. O professor precisa estabelecer algumas condições de ensino, então, cabe a ele a organização das noções de experiência e aptidões já adquiridas, ele deve proporcionar também a

construção de novos conhecimentos e de novas habilidades, para que o aluno se torne construtor e desenvolvedor de sua própria aprendizagem. Sendo assim,

Não basta informar, é preciso despertar o interesse de o aluno criar e proporcionar oportunidades de agir, dar assistência ao planejamento, preparo e execução de atividades. Estes princípios contêm em seu âmago a problemática de fazer com que o ensino não se torne inerte, exercitando no aluno suas habilidades e desenvolvendo uma escala de valores que o torne independente dos adultos. (HOSS, 1981, p. 31)

Nessa perspectiva, a ação do professor de fazer com que o aluno desenvolva a capacidade de organizar seu pensamento, de expressá-los com clareza, precisão e desenvoltura, e de dar suportes para ele poder criar soluções para problemas que surjam posteriormente, facilita o processo de ensino e aprendizagem. Nesse ponto de vista, o professor conduz as experiências e o conhecimento dos alunos, para que este atinja a finalidade primordial que é exatamente a preocupação com o processo dessa aprendizagem. Assim interagindo diretamente com ele, tem como papel principal o de viabilizar o entendimento, transmitir, receber e construir conhecimentos.

É essencial o domínio das aptidões: ler e escrever, tendo em mente que estes são processos ativos desenvolvidos continuamente. A leitura é um processo interativo entre o leitor e o texto, no qual o sentido deste se dá através daquele. Ler é um dos melhores exercícios para o cérebro, além de ser também, uma atividade muito importante para a aquisição de conhecimento e cultura.

Nesse sentido, Hoss (1981) nos afirma que a leitura, desde o princípio da aprendizagem, deve ser enfocada como uma ferramenta básica de cultura, em outras palavras, deve ser interpretada como um instrumento para realização de alguma coisa, uma informação, um conhecimento, um prazer, ou até mesmo para simplesmente entreter. Quanto mais cedo se desperta o gosto pela leitura melhor, pois ao chegar ao ensino médio o aluno trará uma grande bagagem já adquirida durante todo processo escolar e isso faz com que ele não apresente tantas dificuldades ao se deparar com os diversos tipos de texto.

Neste caso, o Guia do livro didático (2011) orienta que o ensino médio deve ser visualizado como uma continuação coerente do ensino fundamental, isso implica dizer que o professor deve manter o compromisso de desenvolver em seus alunos a proficiência socialmente relevante, portanto, a continuidade do ensino de leitura e produção de textos é importante para esse seguimento.

Vale lembrar que por mais que o aluno traga um grande conhecimento sobre leitura, não significa que o professor não tenha que trabalhar ainda mais, até porque o trabalho com a leitura não se esgota nunca, e a cada dia surgem novos desafios. Dessa forma,

Os professores que atuam com jovens no ensino médio deparam-se, cada vez mais, com o desafio de apoiá-los para que melhorem suas capacidades de leitura e de escrita, ampliem suas possibilidades de usar a linguagem, seja ela verbal ou não verbal, em especial dentro da escola, mas também fora dela. Mesmo que a formação específica desses professores não seja em língua portuguesa, não devem desconsiderar esse desafio ou evitá-lo (SOUZA *et al.*, 2012, p.107).

Quanto mais se lê mais facilidade se tem para perceber o que está implícito, dessa forma, o aluno deixa de ser leitor passivo tornando-se assim ativo. Vale lembrar que é necessário ler e entender o que se lê, para que posteriormente possa se expressar de forma adequada e clara através da escrita e da oralidade. Uma boa leitura implica ainda na capacidade de compreender o que muitas vezes está nas entrelinhas, é a captação e interpretação da mensagem, sendo assim, a leitura precisa ser feita de forma crítica e de modo reflexivo, para que se entenda além do que está explícito, ou seja, é preciso ser capaz de interagir com o texto, pois, a leitura envolve não somente a percepção de símbolos, mas também a compreensão de seus significados, reação decorrente de experiências antecedentes e integração de experiências novas. Em razão disto, Antunes afirma que:

A atividade de leitura completa a atividade da produção escrita. É, por isso, uma atividade de interação entre sujeitos e supõe muito mais que a simples decodificação dos sinais gráficos. O leitor, como um dos sujeitos da interação, atua participativamente, buscando recuperar, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidos pelo autor (ANTUNES, 2003, p.67).

Entender claramente é essencial para se obter metas, transmitir ideias e convencer pessoas, além disso, fazer boas leituras significa também procurar a informação adequada e saber como filtrá-la. O desenvolvimento da leitura facilita a interpretação dos conteúdos promovendo assim melhor compreensão dos temas propostos nas diversas áreas do conhecimento, é do exercício da leitura que dependem o desenvolvimento das outras atividades.

Constata-se que o aprendizado da leitura é extremamente importante, pois aumenta os conhecimentos e dá subsídio para raciocinar melhor, avaliar, confrontar e fazer valer valores, aprimorar a capacidade de expressão, reflexão e até mesmo dedução. Sobre essa questão Antunes (2003) assegura que com enormes dificuldades de leitura, o aluno frustra-se no seu

esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, ‘deixa’ a escola com quase certeza de que é incapaz de tomar palavra ou ter voz para falar de seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta.

Ainda falando em leitura, Costa enfatiza que:

ler textos _ ser leitor – também é apropriar-se de um conjunto de capacidades linguísticas e psicológicas (cognitivas e metacognitivas) que, além de relacionar símbolos escritos a unidades de som, é principalmente, um processo de construir sentidos e relações (inter}textualidade) e de interpretar textos diversos, dialogicamente, no sentido bakhtiniano, adentrando o dizer do outro (COSTA, 2000, p.68).

Portanto é preciso ler para estar bem informado e atualizado, é preciso ainda apresentar ao aluno os textos com que eles estão acostumados a lidar, fazendo isso, certamente, haverá sempre a construção de novos conhecimentos, despertará mais facilmente o interesse e abrirá a possibilidade de sucesso e ainda alargará o caminho para uma boa escrita. De acordo com o Complemento aos PCNEM, os chamados PCN +:

Se, na sala de aula, o estudante analisa textos com os quais convive fora da escola, as relações que faz entre os conteúdos disciplinares e sua vivência tornam-se muito mais significativas. Não se pode relevar a importância de suportes diversos do livro – cuja leitura é tão cobrada nas aulas de literatura – e se estendem à revista, ao jornal, à enciclopédia, ao *outdoor*, para citar apenas alguns. Somente como leitores de múltiplos textos os alunos desenvolverão a contento sua competência textual (BRASIL, Ministério da Educação, 2006, p. 78).

No início do processo de aprendizagem, o ato da leitura precede o ato da escrita, este só se concretiza porque aquele dá o suporte necessário para essa realização. Do exercício da leitura é que dependem as diversas atividades, pois ela proporciona ao estudante as condições necessárias para perceber os significados e dar sentido ao que vê e ao que ler. Partindo desse princípio pode-se afirmar que a aula de leitura é uma das mais importantes, mais que isso ela é indispensável, pois ajuda a refletir e compreender a linguagem verbal e imagética e o mundo em geral.

Para a aula de leitura se tornar rica e para que os alunos possam não só ter contato com ela dentro da escola, mas também em casa o professor precisa usar um suporte que muitas vezes aparece como a única fonte de leitura para boa parte dos alunos, o livro didático; que tem um papel essencial na formação de leitores e que está presente em toda vida escolar do alunado. De acordo com Lajolo e Zilberman *apud* Santos e Pimentel:

O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização do indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade (LAJOLO e ZILBERMAN *apud* SANTOS E PIMENTEL, 2012, p. 2).

A função do professor de ensino médio nas aulas de leitura pode ser um diferencial para a aprendizagem, e esse diferencial pode se dar a partir de propostas bem esquematizadas que desperte nos alunos o prazer ao fazer suas leituras, sendo estas indicadas, obrigatórias ou não, ele é uma espécie de guia para seus alunos, por isso precisa fazer sempre interferências para auxiliar seus passos, para que dessa forma desenvolvam suas competências à medida que os novos desafios apareçam.

Nesse aspecto o professor do ensino médio precisa buscar subsídios que não seja apenas o livro didático, para complementar o ensino e aprendizagem, pois como destaca o Guia do livro didático (2011, p.21), na maioria desses livros a leitura está disseminada por todas as partes em que a coleção está dividida, mas as propostas de leitura, muitas vezes, estão dirigidas para o reconhecimento de características explícitas, limitando “o corpo-a-corpo do aluno com o texto, necessário às descobertas motivadoras, ao desenvolvimento do gosto e à própria fruição”.

Sendo assim, um dos objetivos a serem atingidos pelo professor é, exatamente, despertar em seus alunos o gosto pela leitura, pois uma prática pedagógica considerada eficiente tem que desenvolver não somente a capacidade de ler, mas atrair e despertar o prazer de ler e, principalmente, deve tê-lo como um compromisso, fazendo com que o aluno veja a leitura como algo importante imprescindível e até mesmo provocador que quando feito constantemente é capaz de desenvolver autonomia e também a independência. De acordo com Oliveira:

A função mediadora que o professor possui no desenvolvimento da competência de leitura dos estudantes é muito importante. Como mediador, cabe ao professor a tarefa de ajudar seus alunos a dominarem estratégias de leituras que lhes sejam úteis nos atos de interpretação textual. Essas estratégias são ações procedimentais estreitamente vinculadas aos conhecimentos prévios dos estudantes, as quais precisam ser abordadas em sala de aula (OLIVEIRA, 2010, p. 71).

A mediação do professor de ensino médio torna-se então ainda mais essencial para o desenvolvimento do aluno leitor, este com o auxílio daquele perceberá que a leitura, não pode

ser vista como um trabalho passivo no qual ele apenas ler e simplesmente decodifica cada letra ou palavra que o texto apresenta, mas sim como um procedimento ativo que dispõe de diversos subsídios para a construção de significados.

Vale ressaltar que antes de trazer um texto para a classe o professor precisa realizar as atividades de pré-leitura, esta os ajudará bastante a lidar com o texto que será trabalhado posteriormente; essas atividades serão benéficas para ambas as partes, pois fará com que os alunos acionem e relembrem o que já há na sua mente e que tem semelhanças com o assunto tratado no texto, e quanto ao professor, este identificará os possíveis problemas que os alunos possam vir a ter na leitura, e, se houver realmente problemas ou mesmo dificuldades, cabe a ele buscar e determinar as ações para poder ajudá-los a continuar com a leitura do texto.

As atividades de pré-leitura podem tomar formatos diferentes, sempre com a intermediação do professor: uma breve exposição do professor sobre o tema, perguntas para serem respondidas pela turma ou individualmente [...]. O formato, a duração e o grau de complexidade das atividades de pré-leitura dependem do texto a ser lido, das necessidades e do perfil dos alunos, e da criatividade do professor. O importante é que ele não deixe de preparar seus alunos para a leitura do texto escolhido (OLIVEIRA, 2010, p.67-68).

Dessa forma, pode-se afirmar que com as atividades de pré-leitura, o professor se assegura de que seus alunos possuem ou não os conhecimentos textuais, linguísticos, e enciclopédicos que tanto necessitam para compreender os textos a serem estudados. Sendo assim o professor precisa ser cauteloso o bastante para perceber quem são seus alunos e o grau de conhecimento que eles têm, certificando-se desses conhecimentos. Os textos escolhidos para serem trabalhados não poderão ser nem tão difíceis, a ponto dos alunos não conseguirem lê-los e conseqüentemente encontrem dificuldades em processar as informações contidas nele e nem tão fáceis que não desperte a vontade e nem os motive a fazer esse tipo de leitura. Em relação a isto, De Pietri (2009) diz que o trabalho mediador do professor vai além das escolhas dos textos por conta de necessidades, ou, interesses dos alunos, é preciso considerar também a escolha de outros textos relacionados com as leituras a serem realizadas.

Neste caso, o professor de ensino médio, terá que ter em mente que é necessário dispor de diversos materiais para sua prática e que se ater ao livro didático, suporte considerado essencial, mas não único e exclusivo, pode conduzi-lo a um trabalho ineficiente e sem êxito. Ainda em relação à leitura, De Pietri (2009) certifica que a leitura dos livros didáticos é apenas mais uma das técnicas desenvolvidas pela sociedade, e que se restringir somente a ela

pode ser um risco, pois o aluno dificilmente conseguirá se adequar a outras práticas já que os subsídios oferecidos por este, às vezes, é muito limitado.

Isso significa, então, que em certos momentos o professor verá a necessidade de recorrer a mais de um texto sobre um determinado assunto, para trabalhar em sua aula, isso poderá acontecer não para facilitar o trabalho do leitor, mas para eles terem recursos suficientes para compreender o texto, fazer observações e até mesmo analisá-lo se for o caso.

Além das atividades de pré-leitura usadas pelo professor nas aulas, há também algumas estratégias de leitura para o bom desenvolvimento do leitor e conseqüentemente do gosto pela mesma, e Isabel Solé (1998, p. 69-70) as define “como procedimentos de caráter elevado, que envolvem a presença de objetivos e o planejamento de ações para atingi-los e também a sua avaliação”. De acordo com a autora:

As estratégias devem ser utilizadas ‘antes da leitura’ podendo assim ser realizadas através das seguintes ações: ‘motivar, estabelecer objetivos, revisar e atualizar os conhecimentos prévios, como também estabelecer previsões do texto e formular perguntas sobre ele’ (SOLÉ, 1998, p.89).

Sobre essas estratégias, Oliveira (2010) aponta que a primeira talvez comece pelo próprio professor, esta consiste em informar aos alunos os objetivos da leitura a ser realizada, isso porque se o professor não deixar claro a sua finalidade, provavelmente ocorrerá algo que é muito comum; a classe acaba fazendo a leitura sem nenhum objetivo, simplesmente porque o professor lhes solicitou, assim ao concluir tal leitura não compreendem e não absorvem nada do conteúdo e acabam se frustrando, pois sentem que não aproveitaram de maneira satisfatória as informações contidas, isso não é bom, pois não ajudará em nada no seu processo de aprendizagem e menos ainda a sua capacidade de ampliação, assimilação e fixação de conhecimentos.

Os PCN de Língua Portuguesa apontam outras estratégias de leitura que precisam ser abordadas pelo professor, tais como a da seleção, esta permite ao leitor a dar uma atenção maior aos pontos úteis, e desconsiderar os irrelevantes. A antecipação também é uma estratégia que deve ser usada, pois ela admite a previsão de ideias que está por vir sem precisar necessariamente ler todo o texto, essa previsão se dá através de elementos explícitos e até mesmo de suposições. Diferentemente da antecipação, a inferenciação é destacada por Oliveira (2010) como outra estratégia de leitura que os alunos precisam conhecer já que ela permite a captação do que não está dito no texto de maneira explícita, é perceber nas

entrelinhas o sentido, a partir dos seus conhecimentos prévios que são extremamente importantes para a compreensão de qualquer tipo de leitura.

O autor ainda afirma que sempre que uma pessoa faz uma leitura, ela tem um motivo preestabelecido podendo ser este por prazer, distração, conhecer melhor um tema, se informar etc. Cada objetivo determina estratégias diferentes, e, conseqüentemente, exige um tipo de leitura diferente. Ao utilizar essas estratégias em suas leituras o aluno consegue construir sentidos com agilidade e proficiência.

Vale lembrar que para que essas estratégias sejam desenvolvidas o ponto mais importante são os recursos utilizados e que não adianta tentar levar qualquer texto, pois pode atrapalhar o desenvolvimento dessa competência, um desses materiais pode ser o próprio livro didático, mas é preciso selecionar o material de maneira cuidadosa e ajustar as atividades trazidas por este que nem sempre condizem com a realidade do aluno, e principalmente que ele deve ser usado como um meio e nunca como um fim em si mesmo para esse trabalho.

Desse modo, o livro didático se constitui em material de apoio para o trabalho em sala de aula. Como referido, a leitura dos textos que o livro didático apresenta, bem como das atividades que propõe sobre esses textos, se constitui como ponto de partida para atividades de leitura, e não em ponto de chegada para as mesmas (DE PIETRI, 2009, p.85).

Nota-se aqui, que o trabalho de mediação do professor de ensino médio fica a cada momento mais difícil, já que além de tentar desenvolver o gosto pela leitura ele será um dos preparadores dos estudos que nortearão futuras investigações.

Vale ressaltar que para desenvolver no aluno o gosto pela leitura é necessário que o professor não as leve sempre acompanhada de alguma atividade, pois isso pode ser visto pelo aluno como algo obrigatório, o que acaba criando neles um certo receio, e essa obrigação poderá fazer com que ao invés de se criar esse prazer de ler se crie um repúdio com qualquer tipo de leitura. Yasuda e Teixeira asseguram que:

É desejável que qualquer proposta de leitura seja precedida de um diálogo texto/leitor, leitor/leitores, ou seja, é necessário que o trabalho pedagógico como texto não seja encarado apenas como pretexto para fazer coisas. Por exemplo, responder a questionários, preencher fichas de leitura, resumir etc. E para que o trabalho com o texto seja dialógico é preciso abrir espaço durante a aula para que o aluno externar sua leitura, confronte-a com a de seus pares. Dessa forma, o professor terá condições de conhecer as leituras que estão sendo feitas pelos alunos, e de discutir com eles as mais pertinentes, dando-lhes oportunidades de realizar uma leitura mais efetiva, porque enriquecida com a experiência prévia de cada um. A leitura assim produzida poderia contribuir, ainda, para o processo de autoconhecimento (YASUDA e TEIXEIRA, 2007, p. 188).

É necessário então ter em mente que o próprio ato da leitura, desprovido de exercícios posteriores, está repleto de atividades, já que ao ler forçamos nossa mente a trabalhar, tentando entender, compreender e construir sentidos e significados, e que assim o gosto pela leitura vai se construindo naturalmente e ela não será mais vista como um trabalho difícil e cansativo, mas como algo para se deleitar, conhecer e até mesmo construir e ampliar seus conhecimentos.

Sendo assim, é preciso sempre inovar no processo de desenvolvimento da leitura, e o professor, como principal autor deste processo, precisa incentivar através de atividades diversas para que permitam e possibilitem ao aluno trabalhar com diferentes suportes e com objetivos múltiplos. Para tanto, os recursos utilizados para o processo de ensino da leitura devem ser diversos, não restringindo apenas ao uso do livro didático, pois este é importante como complemento, mas não apresenta todas as características necessárias para as práticas de ensino deste eixo.

1.3 O TRABALHO COM A ESCRITA E O LIVRO DIDÁTICO

Vimos que a leitura é extremamente importante no processo de formação do aluno nas etapas finais da educação básica, pois é através da leitura que estes sujeitos tornam-se aptos a se posicionarem criticamente perante a diversidade de situações que circulam no meio social. Visto que, “além de fazer parte das aspirações sociais, o ensino médio coloca-se, também, como um fator estratégico para o enfrentamento dos desafios estabelecidos pela sociedade moderna e para o desenvolvimento do próprio país” (BRASIL, 2011, p. 05).

É também através da leitura diversificada de textos que os educandos saberão se posicionar de forma crítica ao produzir textos escritos. Dessa forma, o professor, em especial do ensino médio, é o principal mediador, propiciando o desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita. Nesse contexto, o livro didático de português, nessa etapa escolar, pode ser uma opção, dando suporte ao professor, pois ele, apesar de não ser totalmente eficaz para o processo de ensino e aprendizagem, devendo ser utilizado apenas como apoio didático, oferece sugestões sistematizadas de leitura e produção de textos, apresentando um enfoque nos gêneros textuais literários.

A leitura é uma prática importante no processo de letramento e formação social dos estudantes e também no desenvolvimento de competências básicas como a escrita. A produção de textos escritos também é indispensável no desenvolvimento do aluno, pois é através da escrita que o educando registrará sua reflexão crítica estabelecendo relações sobre suas leituras textuais e a leitura de mundo, como recomendam os PCNEM.

Sobre isso, os PCNEM propõem que os alunos sejam capazes de produzir seus textos mostrando seus conhecimentos críticos sobre uma determinada temática, sem apenas copiar algo já existente. Nesse sentido, o professor deve buscar instrumentos, além do livro didático, para contribuir no desenvolvimento interpretativo do aluno, buscando experiências e situações de textos que levem o educando a utilizá-las para sua própria produção escrita.

Enquanto a leitura é uma forma de aquisição de conhecimento e cultura, a escrita, então, é uma forma de expressão e comunicação desses conhecimentos. A produção escrita é uma contrapartida gráfica do discurso, ou seja, ela é uma forma de fixar a linguagem falada permanentemente.

Ler e escrever são instrumentos necessários para o auxílio da defesa da própria cidadania, e ela surgiu exatamente quando a fala sozinha, não dava conta de todas as necessidades humanas. Partindo do princípio de que a leitura é um ponto fundamental, do qual se propaga atividades de compreensão e expressão, o ensino e aprendizagem da escrita é o resultado da captação dessas leituras. Com uma boa escrita, se alcança muito êxito, ela é um desafio contínuo para uma educação de qualidade e transformação da vida em sociedade, escrever é uma arte que depende muito da capacidade criadora e da observação. Segundo Hoss:

Escrever depende de treinamento. O aluno aprende a escrever, escrevendo, o que equivale a dizer, através de exercícios sistemáticos e constantes onde empregue em seus diferentes níveis, as várias estruturas da Língua Portuguesa. [...] Ao registrar suas ideias o aluno dá expansão ao poder criador, desenvolvendo a capacidade de organizar e expressar clara e corretamente seu pensamento, ao mesmo tempo que atende a necessidade social de comunicação, adquirindo o domínio de algumas técnicas de redação (HOSS, 1981, p. 93).

Por outro lado, sobre essas técnicas, Antunes (2003) afirma que o princípio do ensino da escrita deve se dá por unidades menores como palavras e frases pequenas, para dar condições necessárias ao aluno a escrever de maneira correta, sem eliminações, ou acréscimos de letras. Partindo desse pressuposto pode-se afirmar, então, que o objetivo fundamental do

ensino da escrita é a organização de ideias, expressando-as com clareza, espontaneidade e criatividade, em sequência lógica, observando a unidade, as normas e composições adequadas das orações. Levando em conta o desenvolvimento da escrita, Costa (2000) assegura que quando o escritor produz um texto, ele está agindo simbolicamente para dar sentido ao outro, isto é, o sujeito que tem algo a dizer a outro sujeito a partir de seus pensamentos e sentimentos. O ato da escrita significa tomar posse de “um conjunto de capacidades linguísticas e psicológicas com o objetivo de transmitir significados a um leitor, de forma adequada. Ou seja, é um processo de expressar e organizar o pensamento em língua escrita” (COSTA, 2000, p. 68).

É importante afirmar que o ato da escrita é uma possibilidade posta ao alcance de um grande número de sujeitos através de políticas educacionais bem estruturadas, para que assim se desenvolva melhor a relação social, ou seja, a escrita proporciona formas de lidar em diversas situações, com diferentes interlocutores. Assim o professor de ensino médio, em especial, precisa trabalhar com diversas atividades de escrita e conseqüentemente com propósitos distintos, além de repetir quantas vezes for necessário para que os alunos desempenhem esta competência cada vez melhor. Isso porque esses docentes têm a função, também, de prepará-los para as provas futuras, a exemplo dos vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, pois, de acordo com o Guia do livro didático (2011, p. 07) as habilidades de escrita a serem desenvolvidas, bem como, as reflexões sobre a língua portuguesa explica-se pela “contribuição que possam dar para a inserção do aluno egresso desse nível de ensino tanto no mundo do trabalho, quanto na vida social republicana, na cultura letrada e na escolarização de nível superior” e as estratégias para desenvolver essas habilidades também devem estar presente no livro didático.

Uma oportunidade de desenvolver as atividades de produção escrita é através das propostas oferecidas pelo livro didático, pois o Guia do Livro Didático do ensino médio afirma que:

Embora vivamos em um tempo em que a oferta de recursos destinados à disseminação do conhecimento seja cada vez maior, no espaço escolar, o livro impresso ainda é o material que melhor atende às necessidades dos professores e alunos das escolas públicas brasileiras (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p. 07).

Esses livros podem apresentar propostas de atividades bastante produtivas, que podem ser realizadas de maneira satisfatória quando bem orientadas, visto que, a partir das propostas

de avaliação do PNLD e das indicações dos PCNEM, os editores desses livros já esboçam uma preocupação em relação à qualidade deste material. Mas uma ressalva ainda deve ser feita, o melhor é que o professor recorra ao livro didático como mais um suporte favorável, e não o único instrumento de ensino, capaz de auxiliar ainda mais suas aulas e desenvolver um ensino de qualidade. O próprio Guia do Livro Didático (2011) destaca que a escola deve procurar métodos, como exemplo, a utilização de novidades midiáticas e tecnologias educativas, como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem, para promover a valorização da leitura e produção textual em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos alunos.

De acordo com Antunes (2003), a escrita envolve algumas etapas de realização: planejamento, operação e revisão, as quais estão distintas e ao mesmo tempo agregadas, e implicam da parte de quem escreve uma série de decisões. A primeira etapa, segundo ela, é a do planejamento, que corresponde a todo o cuidado de quem vai escrever, pois é necessário delimitar o tema de seu texto e aquilo que lhe dará unidade, é preciso delimitar também os critérios de ordenação das ideias, prever os critérios de seus leitores, a forma linguística, se mais formal ou menos formal, que seu texto deverá assumir etc. A segunda etapa é a da escrita, esta obedece à tarefa de colocar no papel, de escrever o que foi planejado na primeira etapa. Esse é o momento da escrita propriamente dita, do registro, é hora de concretizar e dar forma ao objeto projetado. E na terceira, mas não menos importante das etapas, que corresponde à revisão é o momento de analisar o que já foi escrito na etapa anterior, para confirmar se os objetivos propostos foram cumpridos, e se conseguiu desenvolver a temática desejada. A escrita é uma atividade interativa, dialógica e dinâmica, pois implica numa relação entre duas ou mais pessoas, já que quando se escreve, escreve para alguém, e é nesse momento que ocorre esta interação com outra pessoa.

Ainda sobre a escrita, a autora afirma que esta é uma atividade de interação e expressão do desenvolvimento das ideias por meio verbal, informações, intenções, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém, para que, de algum modo, haja interação com o outro. “Ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever. O conhecimento linguístico (lexical ou gramatical) não é suficiente para completar a falta do não ter o que falar” (ANTUNES, 2003, p.45).

Diante do que já foi discutido pode-se dizer, então, que a escrita é muito importante tanto para a cultura quanto para a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das pessoas, pois ela se apresenta como fonte do progresso humano, a partir do momento que as ideias fixam-se no papel. Portanto, a escrita representa e se apresenta como uma necessidade humana, de comunicar e expressar.

No que tange a produção textual, os PCNEM estabelecem que é preciso envolver recursos e estratégias que possibilitem formar escritores competentes capazes de uma produção coesa e coerente, levando em consideração o contexto social e cultural em que o educando está inserido. Para tanto, o aluno deve ter noção da grandiosidade que é a produção textual, tendo consciência de que a escrita é uma importante prática social que serve como registro de seus conhecimentos adquiridos, tanto em sala de aula quanto seu conhecimento de mundo.

Pensando na perspectiva de que há a necessidade do aluno fazer o registro escrito de seus conhecimentos percebemos a fundamental importância do professor do ensino médio, mediando o aluno no processo da escrita, para que este possa desenvolver seu próprio argumento crítico. Uma estratégia essencial que o professor deve utilizar como mediação é “apresentar gêneros textuais diversos aos estudantes para o desenvolvimento de sua competência comunicativa e suas habilidades de ler e produzir textos” (OLIVEIRA, 2010, p.84).

Como material para essa diversidade de textos a serem oferecidos aos estudantes, Rojo (2003) aponta o livro didático como o principal recurso disponível para o trabalho com a leitura e produção textual nas escolas e em alguns casos, na casa dos alunos, tornando fundamental para o processo de ensino/aprendizagem. Recentemente, os textos presentes nesses livros são de qualidade, no entanto, este material não deve ser único em sala de aula, pois “apesar dos autores e editores estarem escolhendo bons textos, diversificados e representativos, não conseguem propor, a partir deles, atividades de leitura e produção de textos efetivas e eficazes” (ROJO, 2003, p.16), os textos que compõem esses livros não estão de acordo com o contexto regional e cultural do aluno, desse modo não correspondem às propostas dos PCNEM que recomendam uma interação entre o texto e os conhecimentos de mundo do aluno e, por conseguinte, a produção textual.

Nesse sentido, os PCNEM sugerem que através da leitura, o aluno possa interagir com o texto e, assim, encontrará subsídios para sua própria produção escrita. Portanto “o professor não pode, sob nenhum pretexto, insistir na prática de uma escrita escolar sem leitor”. (ANTUNES, 2003, p. 47). Sendo assim,

O texto não preexiste à sua leitura, e leitura não é aceitação passiva, mas é construção ativa; é no processo de interação desencadeado pela leitura que o texto se constitui: ‘Cada leitura é nova escrita de um texto. O ato da criação não estaria, assim, na escrita, mas na leitura, o verdadeiro produtor não seria o autor, mas o leitor’ (BELA JOZEF, *apud* SOARES, 2004, p. 26).

Nota-se que a leitura e a escrita estão interligadas, pois é através dos conhecimentos adquiridos durante o ato da leitura que o sujeito constrói um rico repertório de argumentos para os mais diversos assuntos que se pode utilizar na construção de um texto escrito. Mas, vale destacar que apesar da leitura ser fundamental no processo de aquisição nas diversas áreas de conhecimento e conseqüentemente a base no momento de escrever um texto, o ato da escrita não é um processo fácil de concretizar, como bem lembra Antunes:

[...] elaborar um texto é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação das ideias (sic) ou das informações, através de sinais gráficos. Ou seja, produzir um texto não é uma tarefa que implica apenas o ato de escrever. Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis. Supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e intercomplementares [...] (ANTUNES, 2003, p. 54).

O fato é que a maioria dos alunos possuem dificuldades para escrever devido ao pouco hábito da leitura, ação fundamental para o desempenho da produção escrita. É através da leitura que o aluno consegue entender os conceitos gramaticais, bem como aprende a organizar suas ideias no momento de escrever. Dessa forma, entende-se que o professor deve estar atento a esse fato e buscar subsídios para o trabalho com a leitura dinâmica e a gramática de forma contextualizada. Sendo assim, o professor de língua portuguesa estará cumprindo o papel de ensinar o aluno a organizar seu pensamento, expressar suas ideias e desenvolver a escrita de forma clara, coesa e coerente.

Entende-se que para que o aluno esteja habilitado para desenvolver a escrita de maneira clara e com argumentos concisos é necessário estimulá-lo à prática da leitura. Dessa forma, Freitas (2000, p. 66) destaca que só será possível formar alunos leitores e escritores se o professor conviver com a experiência dessas duas habilidades, pois o professor não é apenas alguém que transmite conteúdos, mas sim alguém que aprecia a língua e demonstra a

importância que esta tem para si próprio. “Se o professor tem uma relação prazerosa com a leitura e a escrita certamente poderá funcionar como um mediador para seus alunos”.

Não se pode negar que ler e escrever são práticas necessárias tanto para o crescimento intelectual do aluno como para a vida em sociedade. É a partir dessas competências que construímos ricas experiências e argumentos críticos. Sabemos também que, apesar da importância que o próprio meio social impõe em relação à leitura e escrita, a maioria das vezes, o único meio que os alunos possuem para essas práticas é o livro didático oferecido no âmbito escolar que ainda assim, não leva em conta o contexto real e social em que o aluno está inserido. Por tanto, o professor do ensino médio, possui papel fundamental, como mediador do conhecimento, ele deve estar apto a trabalhar suas aulas de maneira inovadora, prazerosa e de acordo com os conhecimentos prévios e a realidade extraescolar do aluno. Assim, a probabilidade de despertar nesses o interesse pela leitura e, por conseguinte a escrita será imensa.

Percebe-se que o livro didático, ainda que por muitas vezes, não esteja de acordo com a realidade da escola e em especial do aluno, continua sendo o principal método de ensino, e de alguma forma contribui no saber fazer do docente, principalmente em relação a produção escrita. Marcuschi (2005, p. 23) ressalta que há nos livros didáticos de Português, “uma clareza sobre ‘o papel central da escola’ que é ensinar à escrita”. Cabe então, ao professor em todos os casos, selecionar, analisar e construir o aparato pedagógico para produção de textos escritos, pois, para que ocorra um bom processo de ensino e aprendizagem, o livro didático deve estar sempre ligado a outros métodos de ensino.

2 O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: algumas implicações

Sabe-se que o livro didático de Português sempre foi motivo de discussão por vários pesquisadores, em torno de sua qualidade e utilização no ensino de língua portuguesa, carregadas de inquietações quanto a inovações de práticas de ensino e reestruturação de conteúdos. Essas discussões possuem contribuições importantes, podendo mostrar propostas inovadoras para melhorar a qualidade de ensino em nosso país. Pensando na importância deste material para as práticas educativas, mostraremos, de forma sucinta, neste capítulo, como se deu o processo de regulamentação de fabricação e distribuição do livro didático no Brasil, bem como, discutir sobre sua função no processo de ensino e aprendizagem.

2.1 PANORAMA HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático, como metodologia de ensino no Brasil, não é uma prática recente e sempre teve importância, não só por parte da comunidade escolar, mas para toda a sociedade letrada que via no livro didático uma forma de aprofundar o conhecimento. Como afirma Rojo (2003) esse instrumento de ensino, foi produzido com a intenção de auxiliar o processo de ensino aprendizagem e ao longo do tempo se tornou o principal método de ensino em sala de aula. Nessa perspectiva, faz-se necessário, nesse primeiro momento, compreender, a partir de um breve contexto histórico, como e com que finalidade surgiu essa ferramenta de ensino no Brasil. Tendo em vista que o livro didático é um produto que além de ideológico é também cultural, discorreremos, de forma sucinta, sobre o processo político que envolve esse instrumento.

Os livros utilizados no Brasil para o ensino da gramática, latim, retórica e outras áreas de conhecimento eram editados em Portugal. Porém, esses livros de origem portuguesa tinham pouca ou nenhuma relação com a realidade dos alunos brasileiros. De acordo com Bunzen (2009, p.49), os professores de nosso país, nessa época, perceberam a necessidade de criar livros que tivesse uma identidade nacional, nesse sentido, a disciplina desse período denominada “Português” “envolve-se com a própria nacionalização do livro escolar”.

Segundo Bunzen (2009), autores brasileiros, representando a alta cultura do país, a exemplo de Olavo Bilac e professores do colégio D. Pedro II, deram o pontapé inicial editando seus livros nas poucas editoras do Rio de Janeiro e comercializando nas escolas. Esses livros permaneciam por um longo período no âmbito escolar. Desse modo, as indústrias de edição de livros no Brasil foram ampliadas e ganharam destaque no país. Vale lembrar que, a partir da ampliação de editoras, os responsáveis pela produção de livros no Brasil eram, ainda, as empresas particulares, mas a difusão e circulação desses eram por conta do Estado liberal republicano. Como bem afirma Bittencourt *apud* Bunzen:

Para efetivar a transformação de um material didático no produto de maior consumo da cultura escolar, os editores associaram-se ao Estado, engendrando atuações conjuntas em suas formas de circulação. O livro didático tornou-se, assim, uma mercadoria produzida pela iniciativa privada, mas que deve se adequar aos programas oficiais e currículos impostos pelo Estado (BITTENCOURT *apud* BUNZEN, 2009, p. 49).

Foi no século XX que houve maior preocupação, por parte do Estado, em disseminar a produção e distribuição dos livros, visto que, ao produzir os livros no Brasil o custo seria reduzido e, em consequência do Regime Militar, o controle, por parte do governo, seria maior.

Cabe destacar que de início, o livro didático era utilizado apenas pela elite e só depois, com a democratização do ensino, é que estes livros foram distribuídos gratuitamente, apenas para os alunos mais carentes e, ao longo do tempo, com a criação de vários programas políticos para o livro didático é que todos os alunos de ensino público passaram a usufruir desse instrumento.

Freitag, Costa e Motta (1993) afirmam que a trajetória dos programas do livro didático nacional é bem complexa, diz que teve início, em 1930, durante o Estado Novo em consequência da Revolução de 1930, onde passa por uma série de decretos, leis e medidas governamentais e deu um salto muito importante, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) um órgão especial para legislar sobre políticas do livro didático no qual, seu objetivo era contribuir para a legitimação do livro didático nacional e conseqüentemente, auxiliar o aumento da produção e sua utilização. Bunzen (2009) ainda ressalta que o INL também tinha como objetivo promover a criação de bibliotecas públicas, edição de obras literárias e produção de enciclopédias e dicionários.

De acordo com o referido autor, os programas oficiais do governo tiveram grande influência na organização e concepção do livro didático, principalmente, para a disciplina de Português. Esses programas mantinham o foco nas aulas de gramática, leitura de textos literários, vocabulário e ortografia. Sendo assim, “o livro didático, precisando responder a novas questões, deu outra forma ao ensino, sobretudo ao da leitura e da literatura” (ZILBERMAN *apud* BUNZEN, 2009, p. 51).

A consagração do termo *livro didático* e a importância do ensino de língua portuguesa para a origem desse instrumento se deu a partir do Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 – Art2º, que diz o seguinte:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

A partir desse decreto, o governo brasileiro, com a finalidade de controlar a produção de livros didáticos, criou várias instituições e comissões para um melhor controle de distribuição e aumento na fabricação destes. O precursor destas criações foi o supracitado Instituto Nacional do Livro - INL. No decorrer do tempo, várias outras instituições foram criadas e substituídas para cuidar dos interesses referentes ao livro didático, dentre os quais veremos nos parágrafos seguintes.

Sob a responsabilidade do INL foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2012), a CNLD estabeleceu a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país, “com o intuito de centralizar o controle dos livros didáticos do ensino primário e secundário por uma comissão do Estado” (BUNZEN, 2009, p. 52). Vale lembrar que essa comissão foi muito discutida em relação a sua legalidade, como afirma Freitag, Costa e Mota:

A legitimidade dessa comissão foi bastante questionada e a sua implementação esbarrou em uma série de questões que inviabilizaram o cumprimento de suas propostas. Na verdade, o projeto não conseguiu êxito em função da inoperância e da ineficiência de todo um processo que vislumbrou sucessivos impasses e frustrações decorrentes da “centralização do poder, do risco da censura, das acusações de especulação comercial e de manipulação política, relacionada com o livro didático” Freitag, Costa e Mota (1993, p. 14):

Ao tratar das várias comissões em prol do consumo do livro didático ao longo dos anos, é válido destacar várias outras que surgiram após a CNLD: a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático – COLTED, que de acordo com o FNDE, teve como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático; o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental - PLIDEF, desenvolvido pelo INL, passou a assumir as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED extinguida logo em seguida.

Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar - FENAME tornou-se responsável pela execução do programa do livro didático. Nos anos de 1983 para a substituição da FENAME, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, que incorpora o PLIDEF. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros.

Diante do exposto até agora, percebe-se que a história do livro didático no Brasil se resume a uma série de decretos e comissões que têm por base a regulamentação de produção e distribuição do livro didático. No entanto, de acordo com Witzel (2002) as decisões que levam em conta a regulamentação desses livros, até os anos 1983, são apenas por parte do governo, em nenhum momento a escola e, principalmente o professor que conhece a realidade escolar, teve direito a fazer qualquer interferência ou dá seu ponto de vista sobre o assunto.

O que nos permite dizer que as decisões em torno do livro didático foram, via de regra, ineficazes por conta da inexperiência e, sobretudo, da incompetência daqueles que respondiam pelo ensino no Brasil, além, é claro, de toda essa questão estar inserida em uma política altamente centralizadora. [...] muitos dos problemas percebidos ao longo da história do livro didático no Brasil advêm de uma política educacional autoritária, burocrática e centralizadora que, por força da própria ideologia que a sustenta, exclui o professor de todas e quaisquer decisões sobre a problemática do ensino e, conseqüentemente (sic), do livro didático (WITZEL, 2002, p. 14-15).

Mas as evoluções alusivas ao livro didático aparecem com mais ênfase a partir de 1985 com o Decreto nº 91.542, quando o PLIDEF é extinto dando lugar ao PNLD, exercendo a função de muitos programas criados anteriormente, dando um melhor aprimoramento em sua forma de execução.

De acordo com o FNDE, órgão responsável pela execução do PNLD depois da extinção da FAE, traz diversas mudanças, tais como: indicação do livro didático pelos professores, garantindo o critério de escolha por estes; reutilização do livro, implicando a

abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos.

Para ampliar a distribuição gratuita do livro didático, antes fornecidos apenas para o ensino fundamental, o governo lançou outros três programas que são o Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio – PNLEM, este daremos maior ênfase no próximo tópico, e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, criado em 2007. Além do Programa Nacional do Livro Didático em Braille que beneficiam crianças com deficiência visual do ensino fundamental das escolas públicas e especializadas.

De acordo com Antônio Augusto Gomes Batista (2003) desde 1996, além de o PNLD assegurar a gratuidade do livro didático, os livros distribuídos passam por um processo de avaliação pedagógica para garantir sua qualidade. Os livros são relacionados no Guia do Livro Didático e enviados para as escolas, bem como disponibilizados no site do FNDE para viabilizar a escolha pelo professor, e oportunizar sua preferência.

A partir das modificações sofridas pelo LD, evidenciadas ao longo dos anos, principalmente com a criação do PNLD, percebe-se resultados positivos ao que se refere à preocupação com a qualidade deste livro e conseqüentemente o melhoramento do ensino e aprendizagem, como enfatiza Batista:

No campo da produção editorial, constata-se que o PNLD demarcou padrões de melhor qualidade para os livros didáticos brasileiros. [...] O percentual de livros recomendados tem aumentado: as editoras que estão participando do processo de avaliação desde 1997 vêm ampliando, progressivamente, o número de livros recomendados e reduzindo o de excluídos (BATISTA, 2003, p. 38).

E acrescenta que:

Com livros de melhor qualidade nas escolas, o PNLD vem contribuindo para um ensino de melhor qualidade: é uma referência consensual de qualidade para a produção de livros didáticos e para sua escolha, por professores; vem possibilitando uma reformulação dos padrões do manual escolar brasileiro e criando condições adequadas para a renovação das práticas de ensino nas escolas (BATISTA, 2003, p. 41).

Mas, apesar de o livro didático ter passado por mudanças significativamente positivas, ainda há muito que melhorar, principalmente, quando se trata do ensino de Língua Portuguesa, como ressalta Rojo (2003), que embora o conjunto de indicações e

propostas federais, estaduais e municipais enfatiza o privilégio do trabalho no eixo do uso da língua e da linguagem, os resultados de pesquisadores apontam que o livro didático de Língua Portuguesa não está direcionado nessa condução editorial indicada, ao contrário, o ensino de gramática é o que os autores de Livros Didáticos mais fazem, voltado para os modelos da gramática normativa tradicional, e raramente, com uma direção reflexiva, com isso “tendemos a compreender a Língua num caráter mais formal do que funcional”. (OLIVEIRA e WILSON, 2009, p. 237).

Outro problema encontrado no LD é o conjunto de orientações sobre a forma de utilização do livro que esboça a visão formalista da linguagem como instrumento de comunicação, que de acordo com Oliveira e Wilson (2009), é um material que sugere instruções como metodologia para o professor, deixando de lado algumas especificidades na questão do ensino e aprendizagem, a exemplo da região de localização da escola, o perfil do aluno e do professor, os aspectos histórico-culturais que evidenciam o conhecimento com a linguagem. Mesmo que já haja a preocupação em direcionar o LD para os diferentes usos da língua, “o fazem de forma desvinculada das situações reais de comunicação, isto é, desconsiderando as relações entre língua e homem e entre este e seu meio social” (OLIVEIRA e WILSON, 2009, p. 239). Rojo ainda ressalta que:

Embora possamos dizer que os procedimentos de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tenham surtido efeito de melhoria de qualidade em alguns aspectos do material didático distribuídos em nossas escolas, o LD ainda está a exigir um enorme montante de esforços para o incremento de sua condução didático-metodológica nos campos específicos do ensino de língua materna a que se dedica. [...] faz ver também que é de ordem didático-metodológica seus principais problemas remanescentes (ROJO, 2003, p. 98).

Sabemos que com os programas e as formas de avaliação, criados pelo governo com o intuito de melhorar o funcionamento do livro didático, conseqüentemente, ocasionando melhores perspectivas para o ensino-aprendizagem, ainda deixa de lado algumas especificidades que a escola, principalmente o professor de Língua Portuguesa, deve estar atento, buscando formas de complementação, condizentes com a realidade do alunado, como propõem os PCNEM.

2.1.1 Programa Nacional do Livro Didático

O ensino médio é um das etapas mais importante da educação dos jovens, ela se constitui como uma ponte que liga o estudante a um possível ensino superior. Sabe-se que a escola tem um papel fundamental em estimular o aluno a dar continuidade a seus estudos, além disso, ela se coloca também como um fator primordial capaz de oferecer subsídios para que eles enfrentem os desafios estabelecidos pela sociedade em que vive.

Dessa forma, o professor de ensino médio necessita de suportes para sua prática docente para que assim possa preparar seus alunos para as dificuldades que possam encontrar durante ou mesmo ao término do ensino médio. Pensando nisso, o Ministério da Educação, que já havia criado programas de distribuição gratuita de livros didáticos, voltados simplesmente para o ensino fundamental, o PNLD resolveu ampliá-lo para que atendesse não só esse como já estava acontecendo, mas também o ensino médio das escolas públicas. Para tanto, o governo lançou o Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio – PNLEM. É válido lembrar que a distribuição de livros no ensino médio se deu por etapas como nos informa o Guia de Livros Didáticos:

A avaliação de livros didáticos para o ensino médio teve início em 2004, no âmbito do então Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), com a publicação da Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Naquele ano, foram avaliados livros de Matemática e Português voltados para os alunos da 1ª série do ensino médio e distribuídos, em 2005, para as Regiões Norte e Nordeste (BRASIL, Ministério da Educação, 2012, p. 05).

Ainda de acordo com o Guia a distribuição de livros didáticos de ensino médio foi se expandindo e beneficiou não só as disciplinas de português e matemática, como aconteceu em 2005, mas favoreceu também outras áreas como Física, Química, História, Geografia e Biologia, essa distribuição ocorreu na edição de 2008 do PNLEM e dessa forma a distribuição do livro didático foi se generalizando. No ano seguinte foi disponibilizado no site FNDE(Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM, 2009). A publicação continha resumos de todos os livros didáticos que estão disponíveis, facilitando assim a escolha dos professores das escolas de ensino médio da rede pública. Com a publicação do decreto 7. 084, em 2010, a avaliação e a distribuição de materiais didáticos foram regulamentadas para toda a educação básica, e isso fez com que garantisse a regularidade da distribuição.

É válido lembrar que a escolha do LD é muito importante, já que o professor trabalhará com ele um certo período, servindo como apoio para sua prática, e também auxiliará o aluno na sua aprendizagem. Porém, é preciso que o professor leve em conta também a realidade do aluno e procure escolher um livro que esteja mais próximo da realidade que o aluno vive. Sobre isso, o Guia do Livro Didático afirma que:

No âmbito do ensino médio, a avaliação dos livros didáticos deve levar em conta as especificidades dos educandos e da própria etapa de ensino. Os alunos do ensino médio – em sua maioria adolescentes entre 15 e 17 anos – encontram-se em fase de transição entre a infância e a idade adulta, o que lhes confere características bastante peculiares que devem ser consideradas. Também o ensino médio – última etapa da educação básica – é um período intermediário entre a escola e a universidade, ou muitas vezes, entre a escola e o mercado de trabalho (BRASIL, Ministério da Educação, 2011 p.07).

Por isso se faz tão necessário uma escolha coletiva e reflexiva, discutindo, analisando, estudando os exemplares dos livros oferecidos pelas editoras, observando o que estiver mais próximo do perfil de aluno e também ao projeto pedagógico da escola.

Pensado nisso pode se dizer que se o professor escolher um livro porque acha que tem obrigação e não reflete sobre a realidade do aluno e suas dificuldades, esta escolha pode interferir e mesmo dificultar ainda mais a aprendizagem do aluno e até mesmo a prática do próprio docente, ou seja, um instrumento que serviria de suporte para seu trabalho acaba se tornando um vilão e não lhe auxiliará em absolutamente nada. Portanto,

Como é o professor quem escolhe o livro didático a ser usado com suas turmas durante determinado período letivo, o livro precisa atender às necessidades desse profissional e se adequar a sua formação, a suas concepções de ensino/aprendizagem, a expectativa que possui em relação a seus alunos e às condições de seu trabalho (DE PIETRI, 2009, p.36).

Sendo assim o Guia do Livro Didático do ensino médio (2011) destaca a importância da incorporação ao PNLD da avaliação e distribuição de livros didáticos aos alunos do ensino médio, com o objetivo de auxiliar o professor nesse processo de formação cidadã, que prevê a organização curricular na perspectiva do trabalho, da ciência e da cultura. O Guia nos deixa claro, também, que é necessário, no momento da escolha examinar se o LDP vê o aluno como aprendiz, como um sujeito participante no processo de ensino e aprendizagem, ou somente um receptor passivo dos conteúdos escolhidos a sua revelia, que não contemple o desenvolvimento das suas habilidades.

A incorporação do antigo PNLEM ao PNLD o Programa Nacional do Livro Didático, na edição de 2012, se deu exatamente por isso, para que ao escolher o LD a ser usado reflita-se melhor a realidade da escola, seja mais condizente ao tipo de trabalho que a equipe docente irá desenvolver durante o período letivo e para que auxilie ainda mais no processo de desenvolvimento cultural e cidadã dos alunos.

2.2 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: a função em sala de aula

Como pudemos perceber, nos tópicos anteriores, o livro didático é ideológico e faz parte da cultura e da vida escolar, tanto de alunos quanto de professores, há muito tempo. E ainda continua tendo um espaço importante no contexto escolar. Também vimos que esse vem passando por várias mudanças, a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância que o livro didático possui para a educação, mas é pertinente lembrar que este material não tem funcionalidade independente, ele deve estar atrelado a outros métodos para facilitar a prática de ensino-aprendizagem. Dessa forma, convém questionar sua verdadeira função no processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que, atualmente, o livro didático de Língua Portuguesa ainda ocupa um papel importante na prática docente e, como destaca Rojo (2003), exerce grande influência na vida do alunado, principalmente aqueles que estudaram todo o período escolar na rede pública e, muitas vezes, tem como leitura extraescolar apenas esse material escrito, permitindo relembrar o que foi estudado em sala de aula.

O livro didático pode assumir funções diversificadas a depender da situação contextual de uso em que ele se encontra, e é determinado por dois pontos de vista: o do professor e o do aluno. Para aprofundar esse argumento, Rojo (2006) o distingue como um dispositivo de ensino e instrumento pelo qual o professor e seus alunos passam a dispor por um conjunto de textos e exercícios, sem perdas importantes de tempo com ditados e cópias na lousa. Já para os alunos ele é muito mais que isso, se tornará fonte de revisão daquilo que foi visto em sala de aula, muitas vezes, é o único material escrito, base de práticas letradas que possuem em casa.

Alain Choppin (2004) acrescenta, a esses múltiplos papéis que o livro didático assume, mais quatro funções que também podem variar segundo o contexto sociocultural: a primeira é a *função referencial* esta constitui um suporte privilegiado dos conteúdos educativos, ou seja, funciona como um depósito de conhecimentos que um grupo social acredita ser necessário para transmitir aos seus descendentes; a segunda é a *função instrumental*, são as atividades que no contexto visam a facilitar a memorização dos conhecimentos e apropriação de habilidades; a terceira função é a *ideológica e cultural* esta é a mais antiga, nesse contexto o livro didático se firmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes e a última é a *função documental*, função recente que tem como característica um conjunto de documentos textuais e icônicos, cuja observação pode vir a desenvolver a criticidade do aluno.

Dessa forma convém destacar seu sentido de acordo com o Guia do Livro Didático:

O que dá a um livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, **o tipo de uso que se faz dele**; e os bons resultados também dependem diretamente deste uso. Logo convém não esquecer que um livro entendido como objeto é apenas um livro, o que pode transforma-lo [...] **é o uso adequado à situação particular de cada escola**. Podemos exigir e obter bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do LD e ir além deles. Por isso mesmo, o melhor, em todo e qualquer livro, está nas oportunidades que ele oferece de acesso ao mundo da escrita e à cultura letrada (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, é papel do professor buscar formas de utilização desse livro, reconhecendo seu valor como material metodológico, já que não são trabalhados de forma adequada no LD de Língua Portuguesa alguns aspectos importantes, e não esquecendo que este deve servir apenas como um apoio ou suporte pedagógico para melhorar as práticas de ensino.

Portanto, como afirma Rojo (2003), cabe à escola, em especial, ao professor, mediando o aluno, trabalhar aspectos discursivos dos textos em sua efetividade, reconhecer os interdiscursos e as diversas linguagens sociais presentes nos textos orais e escritos, trabalhando as propriedades formais e estilísticas da linguagem, sua relação com o funcionamento dos textos e o discurso, já que são atividades centrais no processo de letramento e os livros didáticos que circulam em nossa rede pública ainda estão longe dessa realidade.

3 PERCURSOS METODOLOGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo buscamos mostrar os caminhos percorridos durante a pesquisa através da descrição dos procedimentos metodológicos, algumas considerações sobre o livro didático utilizado pelos professores do ensino médio, sujeitos que colaboraram da coleta de dados dessa pesquisa e por fim, serão analisadas as informações coletadas, tentando responder nossas indagações iniciais:

- ✓ De que forma o professor utiliza o livro didático em sala de aula?
- ✓ E qual a sua influência no processo do ensino e aprendizagem de leitura e produção textual?

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA: caminhos percorridos

Levando em consideração que esta pesquisa foi realizada no contexto escolar, Bortoni-Ricardo (2008) destaca que para compreender e solucionar os problemas relacionados ao ensino e aprendizagem é importante à pesquisa em sala de aula. Esta pode ser desenvolvida de acordo com dois paradigmas, a saber: o paradigma quantitativo, derivado do positivismo e o paradigma qualitativo que provém do interpretativismo, ambas são consideradas como as principais tradições no desenvolvimento da pesquisa social.

Ainda de acordo com a autora o modelo positivista busca explicações casuais por meio de relações lineares entre fenômenos, enquanto o interpretativista busca a “interpretação das ações sociais e com o significado que as pessoas conferem a essas ações na vida social” (ERICKSON *apud* BORTONI-RICARDO, 2008, p.34). Por isso, a metodologia adotada para esta análise é o modelo qualitativo, visto que as informações obtidas na coleta de dados serão analisadas e interpretadas, como propõe a autora supracitada quando afirma que “a pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”, neste caso, a sala de aula.

O tema *O uso do livro didático pelo professor nos trabalhos com os eixos leitura e produção escrita* surgiu com base na experiência adquirida no Estágio Curricular

Supervisionado I, desenvolvida no contexto escolar público, observando o professor em sala de aula. Apesar de, durante esse período, não termos encontrado professores do ensino médio que utilizam o livro didático de Língua Portuguesa continuamente, pesquisas apontam que ele ainda ocupa um papel importante na prática docente, a exemplo de Rojo (2005), quando ela afirma que esse instrumento de ensino ainda exerce grande influência na vida dos alunos, em especial os da rede pública que, muitas vezes, tem apenas esse material escrito para a prática de leitura extraescolar.

Tivemos como objetivo, nesse estudo, analisar de que forma os professores utilizam o livro didático para desenvolver o trabalho com a leitura e produção de textos, visto que, como afirma Bunzen (2009, p. 02), as pesquisas sobre o livro didático são voltadas especificamente ao estudo dos conteúdos e os métodos de ensino desses, isso, segundo o autor, “faz com que os pesquisadores centrem sua perspectiva metodológica na *análise documental* e de *conteúdo*” e poucas são as pesquisas que observam a utilização do livro didático pelos professores.

Este estudo foi realizado no colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, na cidade de Jacobina-BA. O referido Colégio atende estudantes da primeira a terceira série do ensino médio e faz parte da rede pública estadual, situado na cidade de Jacobina-BA, e é considerado uma realidade a parte ao que se refere às escolas públicas do município, pois esse apresenta uma excelente estrutura física. Um prédio composto por diversas salas de aulas grandes e confortáveis, com recursos tecnológicos e acessos para deficientes físicos. A escola dispõe de quadra esportiva, biblioteca, sala de informática e um auditório bem equipado tecnologicamente, além de um pátio com mesas e cadeiras para que os alunos possam fazer sua refeição durante o intervalo.

A preferência por essa instituição se deve ao fato de uma de nós atuarmos como bolsista do Programa Institucional de Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID, tendo como projeto: *Educação pela imagem: Formação Cultural, Leitura e Escrita*, bem como sermos estagiárias neste local, obedecendo ao componente curricular do Curso de graduação: Estágio Curricular Supervisionado IV², portanto, temos certo vínculo já constituído.

² Corresponde ao Estágio de Regência no Ensino Médio, Componente Curricular obrigatório no Curso de Letras Vernáculas.

Quanto à escolha de pesquisar nesse nível da educação básica justifica-se pelo fato de que vários são os estudos voltados para o livro didático, como destaca Allain Choppin *apud* Bunzen (2009) que há um forte crescimento de pesquisas nos últimos 30 anos sobre os livros escolares, sendo objeto de investigação no campo da ciência da linguagem e da educação, porém, poucos desses estudos estão direcionados para o uso desse livro, pelo professor no ensino médio, como aponta Bunzen (2009) ao afirmar que a maioria foca, para suas pesquisas, o livro didático de português do ensino fundamental deixando em segundo plano o do ensino médio, por isso é relevante mais pesquisas nessa área.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram três professoras de Língua Portuguesa, todas da mesma escola, atuantes do ensino médio, mas cada uma em série diferente. E por ser inerentes a esta pesquisa de campo, utilizamos como instrumento para obter informações, a aplicação de questionário mesclado com questões objetivas e subjetivas, pois além de apresentarmos opções de respostas, também possibilita ao professor exhibir, com mais liberdade, sua opinião.

Assim, o questionário preparado para essa pesquisa, apresentava questões que investigavam o perfil das docentes, em que pudemos observar que as profissionais são todas formadas em Letras, seguidas de especializações na área, sendo que as três já atuam na área há mais de 10 anos e possuem carga horária de trabalho de quarenta horas semanais. Através do questionário, também coletamos informações em relação ao livro didático adotado pelas professoras e os procedimentos pedagógicos dessas profissionais ao trabalhar a leitura e produção de textos, bem como suas opiniões em relação à função do livro didático em sala de aula. Lembrando que não revelamos a identidade das professoras, indicamos suas respostas diferenciando, apenas, pela série que cada uma atua.

Além da aplicação do questionário, observamos três horas/aulas de cada professora, totalizando nove horas/aulas. Entende-se que as observações permitem uma maior aproximação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, também por permitir confrontar as respostas do professor durante a aplicação do questionário e a sua prática em sala de aula.

Depois dos materiais coletados, foi feita a descrição do livro didático *Português Linguagens* dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhaes (2010), adotado pelas docentes, focalizando sucintamente a forma como esses autores distribuem os

conteúdos para trabalhar os eixos da língua. Em seguida, realizamos o estudo a partir dos dados coletados, na tentativa de responder nossos objetivos e nossa problemática.

3.2 O LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS: algumas considerações

Não pretendemos aqui fazer uma descrição exaustiva do livro didático, mas apresentar os subsídios que esse suporte didático oferece para a prática do professor nos trabalhos com os eixos leitura e produção no contexto escolar.

O livro escolhido pelo corpo docente de linguagens do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães é o da coleção *Português Linguagens* dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2010), da editora Saraiva. Cada volume da coleção está organizado em quatro unidades na qual a linha condutora são os estilos literários correspondentes a cada série. Para introduzir as unidades os autores mesclam textos verbais e imagéticos sempre relacionados ao movimento literário em foco, as unidades apresentam sempre um movimento literário por completo, ou pelo menos uma boa parte e, também abordam alguns tópicos de produção textual, além de tópicos de conhecimento linguístico.

Algo muito interessante também abordado nos livros didáticos é que em todas as unidades há um capítulo específico sobre “interpretação de textos”, para auxiliar o aluno a desenvolver as habilidades necessárias para o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, e também para o vestibular. Além, de uma seção intitulada “em dia com o ENEM e o vestibular” com questões norteadoras que geralmente são abordadas nessas provas que servem como porta de entrada para uma universidade. E, para concluir a unidade do livro, há outra seção chamada “intervalo”, na qual traz uma proposta de um projeto didático, vale lembrar que são propostas bem interessantes capazes de despertar o interesse do aluno, uma dessas propostas do livro da 2ª série é fazer um júri simulado do livro *Dom Casmurro* abordando a questão da possível ou não traição cometida pela personagem Capitu.

Há ainda os capítulos cujo nome é “Diálogos”, estes constituem relações entre literatura, música popular, cinema, artes plásticas, e outras manifestações culturais, todas voltadas para uma determinada temática. Vale ressaltar que em todos os capítulos, há boxes coloridos, os quais apresentam textos menores que têm relação com um texto base, ou trazem

informações, sugestões, curiosidades e aspectos gramaticais. Alguns boxes aparecem com certa frequência, um exemplo dessas curiosidades ou informações é o “Loucos por”: que sugere fontes e sites de pesquisa sobre um determinado assunto ou textos literários como é o caso do “Loucos por poesia”, “Loucos por contos” e “Contraponto” etc, que abrangem discussões e reflexões sobre temas e proporcionam o desenvolvimento do pensamento crítico em relação a alguns fatos da língua.

Faz-se necessário apresentar, agora, algumas considerações em relação aos seguintes eixos abordados no livro didático: a) Leitura; b) Literatura; e c) Escrita.

a) Leitura

A respeito do ensino de leitura o livro é bem rico, pois este se dá de alguma forma em todos os capítulos e unidades. Nos capítulos dedicados à literatura, ainda que o objetivo primordial seja trabalhar com conhecimentos literários, há uma seção chamada “Leitura”, que sempre traz uma poesia, um conto, uma crônica ou um recorte de algum romance logo em seguida traz uma série de questões que procuram instigar o aluno a pensar sobre o que leu e que estimulam a compreensão do texto, além de explorar conteúdos diversos, através das próprias questões. Até mesmo nos capítulos destinados à produção textual, há geralmente aspectos que tem relação com a leitura do gênero adotado como objeto de estudo.

Cada parte do livro procura explorar bem os textos, não só estruturalmente, mas também em relação ao conteúdo temático abordado e aos recursos usados em sua composição. Pode-se perceber também certa preocupação com o ensino da leitura nos capítulos denominados “Língua: uso e reflexão”, como na seção “Intervalo”, esta apresentada ao final de cada unidade, em ambos há um cuidado em estimular o aluno a ter contato com leituras diversas, promovendo assim a construção de sua autonomia como leitor. Por trazer uma coletânea de textos bem representativa e diversificada abordando principalmente a diversidade cultural, pode despertar um interesse maior do jovem, já que isso lhe oferecerá experiências significativas de leitura.

Os gêneros, algumas vezes, são expostos de forma criteriosa para serem trabalhados dentro de suas especificidades, um bom exemplo é o estudo de gêneros digitais (e-mail e

blog), que trabalha o caráter não linear que caracteriza o hipertexto, como também as características linguística do espaço virtual, outro gênero textual é o texto publicitário que explora além seus recursos gráficos, os seus efeitos de sentido, as atividades trazidas pela coleção exploram a dimensão da materialidade do texto na construção dos sentidos; é válido lembrar que nem sempre os gêneros são explorados em todas as possibilidades e recursos oferecidos muitas vezes ele se destina apenas a ilustrar um tópico linguístico específico, há ainda casos em que a materialidade do texto, ou mesmo os modos de ler próprios de determinado gênero são deixados de lado, onde o tratamento didático aplicado não considera aspectos próprios que envolvem o gênero como é o caso à letra de canções que geralmente aparecem para dialogar com algum outro gênero.

A coleção traz ainda um capítulo específico para auxiliar no desenvolvimento das competências de leitura cobradas no Enem e no vestibular, essas são tratadas em atividades que priorizam a interpretação. O mais interessante é que as atividades propostas colaboram para a formação de um leitor crítico, tornando-os capaz de lidar com diferentes perspectivas de leitura, e isso ocorre em quase todos, senão em todos os capítulos o que significa que a coleção dá ênfase ao eixo da leitura.

b) Literatura

Na coleção, o eixo voltado para a área de literatura ocupa um lugar de destaque, trazendo um trabalho bem articulado tanto com a leitura quanto com a produção textual, articulação essa que se dá muitas vezes, por meio da intertextualidade, no qual acaba promovendo também o contato com a leitura de textos não literários, nesse trabalho há contribuições, tanto para o desenvolvimento do aluno como leitor em geral, quanto para sua formação como leitor de textos literários. Os capítulos cujo título é “Diálogos” faz jus ao nome, pois promovem encontros e relacionam com propriedade movimentos literários entre a literatura brasileira e outras literaturas, linguagens, épocas, textos informativos de forma bem significativas. Além disso, a coleção propõe também atividades de análise estética, ética, política e ideológica, e beneficia e contemplam o contato com a variedade sociocultural brasileira, por meio dessas atividades os autores procuram estimular a compreensão da atual realidade social, política e cultural do país.

É bem interessante essa preocupação em trazer e expor para os alunos temas da atualidade, questões e propostas estéticas evidenciando assim na abordagem a busca em afastar uma ideia antiga que é a de ver a literatura como coisa do passado. Há uma grande quantidade de textos literários e para compreendê-lo melhor os autores apresentam questões de interpretação, tanto objetivas quanto discursivas, para auxiliar na exploração dos textos que são estabelecidas de forma clara e relevante. Às vezes alguns conteúdos como a definição dos gêneros da esfera literária, são abordados de forma resumida, o que pode acabar limitando o trabalho e até mesmo o entendimento do aluno se não recorrer a outros materiais.

c) Produção de textos escritos

O eixo da produção textual também é riquíssimo e interessante já que trabalha em conjunto com o eixo da leitura, os gêneros textuais compõem o ensino para o desenvolvimento da habilidade da escrita, em uma proposta que apresenta textos de ordem jornalística, acadêmica, literária, publicitária, entre outros. Centrado no aspecto dos gêneros textuais, traz sempre orientações para a produção dos diversos gêneros dentre eles estão à produção de notícia e reportagem, fábula, apólogo, resumo, crônica literária, texto teatral, conto, e-mail e blog, poema, tudo sempre bem articulados ao eixo da leitura. Na obra, o eixo da produção segue a organização que envolve a leitura e a análise dos gêneros alguns com maior outros com menor detalhe de seus aspectos formais e discursivos e com explicações concisas sobre o contexto, as orientações são apresentadas de maneira clara, e oferece elementos que servem de subsídios além de mostrar precisamente e dá cada passo para a produção.

Algo bem interessante que o livro apresenta quanto à produção textual é que ao trabalhar com um determinado gênero, o conto, por exemplo, a coleção traz primeiro alguns trechos ou mesmo contos por inteiro trabalha toda sua estrutura, e só depois solicita a produção de um conto, isso é bem interessante, pois assim vai se formando o escritor.

A proposta para o trabalho com a produção de texto escrito ainda vai além, já que na seção “Em dia com o Enem e o vestibular” apresenta sempre uma proposta de redação que deve ser desenvolvida pelo estudante, redação esta que na maioria das vezes segue o modelo adotado pelas provas de Enem e vestibular, em alguns casos é dada três opções de gêneros e

solicita-se que o estudante escolha o gênero que mais lhe agrada, e o que ele tem mais desenvoltura e habilidade. É válido ressaltar que as propostas são bem articuladas, os temas são inovadores, colocando assim o aluno em contato com o tempo presente e com sua realidade. Além disso, as propostas aparecem em todas as unidades de forma progressiva e sistematizada ao longo da obra. Assim o livro didático vai dando subsídios importantes para a escrita, além de suporte importante e necessário para a avaliação ou mesmo auto avaliação do alunado.

3.3 A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Como já referido, a parte inicial do questionário se tratava de perguntas para tentar traçar o perfil das professoras, através disso, verificarmos que todas se encaixavam no mesmo perfil: lecionam a mais de dez anos, tendo, portanto, grande experiência de ensino, possuem carga horária semanal de quarenta horas e todas atuam na área de formação. Nesse sentido, “a escolha resultante de discussão e consenso torna-se um excelente recurso para fortalecer o trabalho coletivo e para ajudar tanto a construir quanto a ‘fazer acontecer’ o projeto pedagógico e curricular da escola” (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p. 13).

Quanto à escolha do livro didático *Português: Linguagens* dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhaes (2010) se deu em consenso com todos os professores de linguagens da escola, com a ajuda da síntese da obra disponível no catálogo impresso e on-line da editora e do Guia do Livro Didático publicado pelo PNLD.

Para tanto, esses profissionais estabeleceram alguns critérios, vejamos o depoimento dessas profissionais ao questionarmos quais os critérios utilizados para a escolha do livro:

Qualidade na abordagem, bastantes informações relevantes, orientações pertinentes ao professor, nível bom de atividades para ENEM.

(Professora da 1ª série)

Observamos se a obra valoriza a leitura como atividade essencial para o aprendizado, se oferece ferramentas que amplie o repertório literário do aluno, se

estimulam a prática de produção textual, se contemplam formas diferentes de tratar os conteúdos, como projetos, sequências didáticas...

(Professora da 2ª série)

Contextualização, diversidade de gêneros textuais, inter e transdisciplinaridade.

(Professora da 3ª série)

Em resumo, a professora da primeira série se preocupa em verificar se o livro oferece orientações para o docente, bem como, atividades relevantes que preparem o aluno para o Exame Nacional do Ensino Médio, já a professora da segunda série não só se atenta em observar se esse material propõe formas de facilitar o trabalho do professor, como também observa se o livro valoriza o trabalho com a leitura e produção textual, enquanto a professora da terceira série analisa se o livro didático contempla formas de contextualização diversidade de gêneros e transdisciplinaridade.

Percebemos que os discursos dessas professoras estão em harmonia com a afirmação de Batista (2005, p. 18) quando diz que as informações de requerimentos de livros enviadas pelas escolas apontam que “os professores possuem expectativas e interesses bastante diversos no que diz respeito ao livro didático, aos conteúdos que seleciona, aos procedimentos de transposição didática que põe em prática”.

Porém, analisando as respostas das docentes, percebe-se que em nenhum momento elas deixaram claro que foi levada em consideração a realidade dos alunos ou da escola como critério de escolha deste último. Nesse sentido, o professor não deve pensar em suas necessidades individuais e sim coletivas, por isso o livro deveria ser escolhido pensando não só nas necessidades do docente em sua prática, como também nas necessidades dos alunos em desenvolver suas competências e habilidades de leitura e escrita seguindo alguns quesitos básicos, como estar dentro da realidade dos alunos e contemplar a necessidade de todos, são o que sugerem os PCNEM e o próprio Guia do Livro Didático:

É o caso, então, de levar-se em conta, no planejamento do ensino e nas práticas de sala de aula do EM, as formas de expressão mais típicas e difundidas das culturas juvenis e das culturas populares e regionais com as quais o jovem convive [...] o jovem do EM pode dar a sua aprendizagem escolar significados sociais, culturais e políticos imediatos, combatendo, portanto, a escolarização estéril dos conhecimentos (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p. 09).

O que devemos entender é que o livro didático não é produzido pensando na realidade individual de cada escola ou de cada aluno, e sim uma realidade coletiva, que abrange de Norte a Sul do país, por isso é preciso avaliar bem o material que será escolhido para trabalhar durante o ano e determinar essa escolha baseada no livro que esteja mais próximo daquele contexto escolar, visto que, a leitura e a escrita do aluno, muitas vezes, estão relacionadas com o seu cotidiano. Nesse sentido, o livro didático é mais um aliado do docente e do educando, mas isso só acontecerá na medida em que esse instrumento de ensino se apresentar, o mais próximo possível, as discussões acerca da diversidade sociocultural dos alunos e, lembrando também, que ele deve está atrelado a outros instrumentos de ensino, pois “o bom uso de um LD depende de uma articulação adequada com esses outros tipos de recursos e materiais didáticos” (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p.13).

Outro fator importante é que a preocupação com o trabalho de leitura e produção, como critério para a escolha do livro, foi esboçada claramente pela professora da segunda série, enquanto a professora da terceira não se referiu exatamente ao trabalho com a leitura e produção, mas demonstrou uma preocupação com a diversidade de gêneros textuais já a da primeira série não fez nenhuma alusão a esses conteúdos.

Apesar de o livro escolhido apresentar trabalhos com o eixo da leitura que contribua para o desenvolvimento e formação do aluno como leitor, bem como, oferecer proposta para a produção escrita, detalhando tanto aspectos da forma e da organização dos textos quanto aspectos de sua circulação social, percebe-se que esses critérios não foram postos visivelmente, por todas as docentes, como principais no momento de escolha do livro, visto que apenas uma das docentes esboçou nitidamente uma maior preocupação, no que deveria ser colocado como prioridade, como propõe o Guia do livro didático:

As atividades de leitura, produção de texto e exercício da oralidade, em situações reais de uso, devem ser também neste grau, prioritárias no ensino-aprendizagem da área. Por decorrência, devem estar adequadamente refletidas nas propostas curriculares, que devem atribuir a esses conteúdos a necessária relevância [...] (BRASIL, Ministério da Educação, 2011, p.10).

Entendendo que o ensino médio é a fase final da educação básica e que os alunos deste nível devem ser habilitados para desenvolver a leitura e produção textual, relevantes para a realização de provas de ENEM e vestibulares e, conseqüentemente, o ingresso no mundo do trabalho, percebemos, também que não há uma preocupação por parte dessas profissionais em

relação a esse critério, exceto a professora da primeira série que utilizou como critério a apresentação de atividade de boa qualidade referentes ao ENEM.

Portanto, é preciso ser criterioso no momento da escolha do livro e que não haja precipitação nesse momento, por parte do professor, apesar de cada um pensar de uma forma ao executar suas aulas, todos têm que pensar num bem comum, que é o aprendizado de seus alunos.

3.4 A PRÁTICA DO PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO

Mesmo que não havendo a preocupação por parte de todas as professoras em relação ao critério de avaliação do livro didático de português, analisando se o livro oferece um trabalho de qualidade com os eixos leitura e produção escrita, observamos que este aparato metodológico, também é utilizado por estas profissionais para complementar o ensino desses conteúdos.

Ao questionarmos a essas profissionais quais os recursos que elas utilizavam para trabalhar leitura e produção em sala, obtivemos como resposta que todas utilizam diversos materiais para tornar o ensino e aprendizado de leitura e produção mais dinâmico, tais como: jornais, revistas, romances, recursos audiovisuais e, inclusive, o livro didático de Português, porém a professora da primeira série utiliza o LDP sempre que é necessário abordar conteúdos gramaticais, literários ou leitura. Já a professora da segunda série utiliza-o de acordo com seu planejamento, enquanto a professora da terceira série utiliza essa ferramenta a cada quinze dias.

Analisando as respostas das docentes percebe-se que as educadoras não colocam o livro didático como principal método de sua prática pedagógica, o que evidencia que as docentes se preocupam em buscar materiais diversificados para o trabalho com a leitura e produção, e o LDP fica apenas como mais um suporte necessário para o ensino e aprendizagem.

Os PCN+, ao tratar dessa questão, afirmam que não há como destacar um suporte de ensino como sendo superior ou inferior a outro, pois, a exemplo de materiais como revistas

jornais, *outdoor*, entre outros, todos esses múltiplos textos são importantes para que o aluno desenvolva satisfatoriamente sua competência textual.

Se tomarmos os PCNEM como intertexto, compreendemos que essas docentes, ao utilizarem diversos materiais em suas aulas e não apenas o LDP para os trabalhos com a leitura buscam formar alunos competentes para a leitura e produção escrita. Sendo assim,

É importante considerar a leitura e a escrita como movimentos complementares no desenvolvimento da competência textual do aprendiz, pois é por meio da leitura que o aluno perceberá traços específicos de um texto, o que o levará à construção adequada e eficiente de seus textos (TAGLIANI, 2011, p. 140).

Pois, como sugerem os PCNEM, o professor deve buscar meios para um ensino que priorize o texto como fonte inesgotável de conhecimento e é através deste que se produz a leitura e produção escrita, base necessária para possibilitar ao aluno condições para que ele possa se tornar crítico em situações diversificadas, seja na produção ou interpretação dos fatos. O que nos leva a crer que as professoras, em sua prática, se preocupam em fazer um trabalho coerente e de acordo com as propostas sugeridas por esse documento.

Ao considerar que a escola tem a obrigação de delimitar objetivos para satisfazer as necessidades dos alunos em relação ao aprendizado da leitura e escrita, essas professoras buscam subsídios para tornar seu trabalho inovador e as aulas mais interessantes e dinâmicas para os alunos. Partindo desse princípio, percebe-se que o ensino de leitura e produção escrita está no caminho certo, tal como sugerem os PCNEM.

Outro questionamento importantíssimo para encontrarmos respostas para a nossa pesquisa foi o seguinte: De que forma você, professor, utiliza o livro didático para trabalhar leitura e produção em sala de aula? As respostas foram satisfatórias suprimindo assim as nossas expectativas. A professora da 1ª série respondeu que utiliza o LDP em sala de aula no momento de leitura e discussão dos temas, para propor que os alunos realizem atividades tanto na sala de aula quanto em casa e também para a correção destas. Através da resposta da professora, da observação em sala de aula e de algumas conversas, pudemos perceber que ela vê o livro didático como um instrumento muito importante para desenvolver as habilidades de leitura e produção dos seus alunos.

Durante as observações a professora trabalhou com a escola literária Classicismo, ela já havia pedido em uma aula anterior para que a classe fizesse um fichamento do assunto

abordado no livro didático, sua intenção era fazer com que os alunos lessem e antecipassem informações relativas ao assunto para que a aula seguinte fosse mais produtiva por parte deles. No momento da explicação do assunto em sala de aula a professora utilizou o livro novamente para explicar o conteúdo e também solicitou aos alunos que respondessem ao questionário presente no LDP sobre o assunto.

Podemos perceber dessa forma, que ao utilizar o LDP, a professora o fez com intenções significativas dentre elas estão a de fazer com que os alunos lessem e também treinasse a escrita no momento do fichamento, mesmo que esta produção não exija tanto do aluno ela é importante, pois terá que escrever de forma cuidadosa já que essa escrita servirá para que o mesmo possa estudar posteriormente, além do exercício do livro que também é uma forma de fazer ler, escrever e mais que isso interpretar, algo que é muito importante para o desenvolvimento do seu senso crítico e de sua aprendizagem. Souza *et all* nos diz que:

Desde as práticas de escrita apreciadas pelos jovens, como cantar lendo letras de canção, e também as mais corriqueiras na escola, como fazer anotações de aula e responder perguntas sobre um texto, até as mais complexas, como produzir uma autobiografia e realizar um seminário, todas podem se converter em oportunidades de aprendizagem, como nossa atuação docente. Em todos esses casos, é preciso perceber e criar possibilidades para a participação ativa dos jovens, lendo, ouvindo, falando e escrevendo em situações significativas do cotidiano escolar (SOUZA *et all*, 2012, p.108).

Sendo assim, pode-se afirmar que toda e qualquer situação de leitura e escrita é válida, desde que esta frise e se realize de forma a desenvolver a aprendizagem, e as competências necessárias para o desenvolvimento do aluno.

É válido ressaltar que apesar de fazer do LDP um suporte eficaz em suas aulas para trabalhar com leitura e escrita, a professora não o faz como matriz única, ou seja, ele não se constitui como material exclusivo para o ensino, mas sim como um instrumento para auxiliar o ensino-aprendizagem, no qual o professor disponibiliza de outros materiais como os audiovisuais e também outros textos impressos como a revista, jornal e outros que faz parte do seu mundo. Sobre isto, os PCN + afirmam que:

Se, na sala de aula, o estudante analisa textos com os quais convive fora da escola, as relações que faz entre os conteúdos disciplinares e sua vivência tornam-se muito mais significativas. Não se pode relevar a importância de suportes diversos do livro – cuja leitura é tão cobrada nas aulas de literatura – e se estendem à revista, ao jornal, à enciclopédia, ao *outdoor*, para citar apenas alguns. Somente como leitores de múltiplos textos os alunos desenvolverão a contento sua competência textual (BRASIL, Ministério da Educação, 2006 p. 78).

Dessa forma a professora da 1ª série, segue os procedimentos que os PCN+ orientam, já que utiliza não só o LD, mas também outros materiais necessários para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem da classe.

Ao fazer o mesmo questionamento à professora da 2ª série em relação ao uso do livro didático nos trabalhos com leitura e produção, ela nos respondeu que o livro oferece uma grande diversidade de tipos e gêneros textuais, o que pudemos constatar e confirmar ao fazer a descrição do mesmo, além de apresentar uma variedade de temáticas relevantes para os tempos atuais o que lhe possibilita fazer um trabalho amplo e dinâmico com a leitura como a comparação de textos, fazer analogias, imaginar situações relacionadas às temáticas e também posicionar-se a respeito das mesmas, estratégias essas que ela considera importantes, pois permitem estabelecer relações intertextuais e, ampliar possibilidades interpretativas fazendo com que o ato da leitura não fique restrito à sala de aula.

Apesar de considerar o livro adotado pela escola ser muito rico para se trabalhar com leitura e produção escrita, a professora procura outros meios para o desenvolvimento dessas aptidões, isso se dá não somente pela importância de fazer com que os alunos conheçam e trabalhem com diversos tipos e gêneros textuais tornando-se assim leitor e escritor consciente, crítico e eficiente, mas também pelo fato da turma, na qual fizemos a observação, a do turno noturno, não dispor do livro didático.

Dessa forma a professora quase não o utiliza nessa turma e quando faz uso é somente para passar alguma atividade para fixação de conteúdo, no espaço da biblioteca. Como não há possibilidade de utilizar muito o LDP, ela tem que recorrer a outros materiais para ajudar a desenvolver as habilidades dos alunos, como textos xerocopiados, os recursos audiovisuais, entre outros. Pudemos perceber a presença de alguns desses materiais nas aulas observadas, onde na primeira aula a professora distribuiu textos xerocados contendo o resumo de *O Mulato* de Aluísio de Azevedo, uma obra literária do Realismo/ Naturalismo escola literária trabalhada na unidade.

Com esse trabalho a professora procurou desenvolver a leitura, interpretação e escrita, já que fez leituras coletivas e discussão com a classe a partir dos temas abordados na obra, trazendo para os dias atuais e procurando trazer um pouco para a realidade dos alunos. Ainda com esse material a professora solicitou aos alunos a produção de um texto enfocando o

preconceito racial, principal temática da obra. Vale ainda lembrar que durante a produção dos textos em sala de aula, a professora atendia, individualmente, cada aluno, auxiliando estes desde o início até a finalização da atividade.

Apesar das respostas das docentes, ao questionarmos sobre os critérios da escolha do livro didático, não terem ficado nítidas, em levar em consideração a realidade do aluno no momento de avaliar esse livro, percebemos que, mesmo não trabalhando com esse instrumento de ensino, a professora se preocupa em levar para os alunos, não só os conteúdos estabelecidos pelas normas escolares, como também relaciona estes conteúdos com o contexto real e social desses discentes.

Além disso, a professora trabalhou com os alunos outros textos desse movimento literário, como *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo, *Dom Casmurro* e *A Cartomante* de Machado de Assis, entre outros, todos voltados para o desenvolvimento da leitura, interpretação e produção textual. Constatamos assim que apesar do livro ser um suporte considerado importante pela professora, a ausência dele não impede que as práticas de leitura e escrita sejam feitas e desenvolvidas usando outros suportes. Isso confirma, então, o que nos enfatiza Zabala:

O livro é útil como compêndio do saber, como lugar onde se encontram resumidos ou ampliados os conhecimentos que são trabalhados em classe, como meio para aprofundar, fundamentalmente como material de consulta. Por outro lado a construção do conhecimento necessário para a aprendizagem dos conceitos e dos princípios requer outras atividades e, portanto, outros materiais (ZABALA 1998, p.182).

Nesse sentido,

O professor não perde, automaticamente, a autonomia pela mera presença do livro didático em sala de aula, mas, se a perde, perde porque não se coloca em diálogo com o livro, subordinando-o a seus projetos de ensino (ROJO, 2006, p. 50).

Sendo assim, pode-se dizer que o LD é importante, mas não é indispensável, é possível ler e produzir diferentes gêneros textuais através de outros materiais que não seja o LDP, e isso permite que o aluno adquira mais fluidez e autonomia nas práticas de leitura e escrita e conseqüentemente enriquece o ensino e a aprendizagem.

Sobre o uso do livro didático nos trabalhos com os eixos leitura e produção, a professora da 3ª série nos diz que:

O livro traz atividades diversificadas para trabalhar esses eixos, porém, busco sempre enriquecê-lo estabelecendo relações com o mundo que nos cerca.

Confirmamos isto ao fazermos as observações e em conversa com a professora, vimos, também, que ela trabalhou de forma bem interessante a leitura e a produção escrita com seus alunos, no qual observamos o projeto que ela elaborou voltado para esses eixos para ser trabalhado a unidade inteira.

Ela dividiu a turma em grupos menores, no qual cada um desses tinha que escolher três obras literárias do Movimento Modernismo, sendo que uma dessas era indicada pela professora como leitura obrigatória e as outras duas obras eram escolhidas pelos alunos, podendo estas ser contemporânea ou não, vale lembrar que as obras lidas tinham que ser escritas por mulheres. Os grupos leram o livro em casa e elaboraram textos comparando as obras, esses textos deveriam ser postados em redes sociais da preferência dos alunos. Durante as aulas, os alunos apresentaram o avanço do estudo tais como: os livros que já haviam lido, quantos textos já tinham produzidos, o local que estão postando esses textos e o que estavam pensando para a próxima produção. Para este trabalho o livro didático foi utilizado no momento de trabalhar com as autoras Clarice Lispector, Rachel de Queiroz e Cecília Meireles, tanto para auxiliar a classe na leitura quanto na escrita.

Trabalhando assim, a professora conseguiu mesclar o trabalho do livro didático com o mundo em que os jovens estão inseridos, a prática da professora veio refutar o que Soares *apud* Verceze e Silvino disse sobre o papel real do LDP no ambiente escolar.

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, frequentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência (sic) é que ele se apóia (sic) muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino (SOARES *apud* VERCEZE E SILVINO, 2008, p. 8).

A aprendizagem ganhou assim um direcionamento interativo, favorecendo ao professor e mais ainda aos alunos. Ao propor um trabalho como este, sem dúvida, propicia ao aluno a inter-relação necessária para o êxito na leitura e na produção de textos.

Segundo Rojo *apud* Amanda Batista, existem pelo menos três maneiras pela qual a escola lida com o livro didático:

o docente pode utilizar o LD para consulta de textos ou exercícios incrementando sua aula; o livro didático pode vir a substituir o currículo feito pelo professor ou pode ser um instrumento de apoio pedagógico, se estiver subordinado aos objetivos do docente (ROJO *apud* BATISTA, 2011, p. 50).

Verifica-se, portanto que a professora da 3ª série não utiliza o LDP como um substituto ou mentor da sua aula, mas como pudemos notar, como um suporte para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, pois se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender a variedade de textos com os quais se deparam, como recomendam os PCNEM, é preciso preparar um trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola, e assim a professora o fez, beneficiando o desenvolvimento gradual do domínio da leitura e da escrita da classe.

Utilizando assim o livro didático como um suporte e mesclando com o mundo digital que os alunos estão inseridos, a professora garante êxito na transformação das práticas pedagógicas, promove interação entre esses materiais e segue a direção e a ideia de que essas mídias também possibilitam o bom desenvolvimento educacional. Sobre a interatividade em sala de aula, diz Silva *apud* Barbosa:

A sala de aula interativa seria o ambiente em que o professor interrompe a tradição do falar/ditar, deixando de identificar-se como o contador de histórias, e adota uma postura semelhante a do designer de software interativo. Ele constrói um conjunto de territórios a serem explorados pelos alunos e disponibiliza co-autoria (sic) e múltiplas conexões, permitindo que o aluno também faça por si mesmo.

[...] O aluno, por sua vez, passa de espectador passivo a ator situado num jogo de preferências, de opções, de desejos, de amores, de ódios e de estratégias, podendo ser emissor e receptor no processo de intercompreensão. E a educação pode deixar de ser um produto para se tornar processo de troca de ações que cria conhecimentos e não apenas os reproduz (SILVA *apud* BARBOSA, 2005, p. 60).

Independentemente de que forma se dá a utilização do livro didático, com maior ou menor ênfase, nos processos com a leitura e produção, a atuação e autonomia do professor são realmente decisivas para propiciar o desenvolvimento da aprendizagem da classe.

3.5 FUNÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO: o olhar do professor do ensino médio

De acordo com Rojo (2005) os livros didáticos têm bastante utilidade em sala de aula, pois estes possuem a função de auxiliar no ensino, favorecendo tanto os usos coletivos, como

os individuais. É nesse contexto que questionamos qual a opinião das professoras quanto à função do livro didático nas aulas de Língua Portuguesa. Obtivemos as seguintes respostas:

A função é de apoiar as propostas de trabalho. Respalda o trabalho da aula dialógica com ênfase nas atividades propostas, bem como utilizá-lo como suporte real e importante ao trabalho docente.

(Professora da 1ª série)

A função do livro didático na prática docente deve ir muito além de um instrumento para responder exercício; transmitir conhecimento. Ele deve reproduzir o discurso do professor e estar adequado a realidade em que ocorre o ensino e aprendizagem.

(Professora da 2ª série)

Suporte didático. Um dentre vários instrumentos para evolução do processo de ensino-aprendizagem.

(Professora da 3ª série)

Percebe-se na fala da docente da primeira série, que ela atribui uma grande importância ao livro didático, colocando-o como suporte importante que precisa realmente apoiar o seu trabalho e que deve estar sendo usado sempre.

A professora da 2ª série está sempre frisando, em suas respostas, a questão da realidade em que o livro didático será usado, o que nos leva a crer que há uma preocupação se o livro é adequado ou não a realidade do aluno. Nesse sentido o discurso da professora está de acordo com o que os PCNEM propõem. A fala da professora da 2ª série deixa claro que a função desse material é, além de ser um instrumento para responder a exercícios e transmitir conhecimento, ele deve também ser um reprodutor do discurso do professor, atribuindo assim uma responsabilidade muito grande ao material, assim como o fez a professora da 1ª série.

Sobre o uso do livro didático em sala de aula, Rojo (2005) concebe três estilos que segundo ela são muito frequentes:

o livro como arquivo de textos e propostas; o livro “de fio a pavio” e a escolha consciente e criteriosa seja do livro, seja de partes e textos de livros e de outros impressos, para compor, de maneira harmônica, um projeto de ensino situado (ROJO, 2005, p. 35).

Percebemos que, tanto através das respostas dadas ao questionário aplicado, na observação, quanto das conversas informais, a professora da 3ª série coloca o livro didático como um material a mais em sua prática docente, ela não o faz em nenhum momento como material essencial ou mesmo único no processo de ensino aprendizagem. Portanto, pode se

encaixar no terceiro estilo de uso descrito por Rojo (2005) escolhendo de maneira consciente e criteriosa os materiais que compõem sua prática de ensino, e o LDP é apenas mais um desses instrumentos escolhidos para a prática pedagógica docente.

Ela reconhece a importância do LDP, mas não lhe confere responsabilidades tão grandes como faz as docentes da 1ª e da 2ª série em seus discursos, responsabilidades estas que o LDP, talvez, não possa assumir ou adotar pelo fato de não ser ele o autor do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, mas sim um apoio para evolução destes procedimentos. Pois, como bem afirma Rojo:

A pior forma de uso do livro é aquela em que o professor perde autonomia e abandona seu próprio projeto de ensino em favor daquele livro, executando com seus alunos as instruções do autor, de ‘fio a pavio’ (ROJO, 2005, p. 35).

Nesse sentido, De Pietri (2009) nos afirma que o professor precisa utilizar outros materiais para preparar suas aulas, as atividades de ensino não devem se restringir àquelas que o livro didático sugere. Assim, a função do livro didático na visão dos autores deve ser a de apoiar o trabalho do professor, mas não deve substituir e nem ser único em sua prática, pois isso pode acabar prejudicando e impedindo que o ensino e aprendizagem aconteçam de forma mais ampla e eficaz.

Constatamos então que o livro didático pode assumir diversas funções, e, que elas podem variar de acordo com a prática de cada docente. Enquanto a docente da segunda série considera o LDP como um transmissor de conhecimentos, ou instrumento para responder exercícios, para a professora da primeira série ele tem uma função importantíssima, deve ser utilizado como suporte real no trabalho docente, e para a docente da terceira série, o LDP tem a função de ser mais um, dentre os vários suportes didáticos para auxiliar a evolução do ensino aprendizagem.

Levando em consideração as quatro funções que Alain Choppin (2004) acrescenta aos múltiplos papéis que o livro didático assume, e que podem variar segundo o contexto sociocultural, pode-se dizer que a professora da 1ª série se identifica mais com a *função referencial*, no qual se constitui como um suporte privilegiado dos conteúdos educativos, necessário para a transmissão de conhecimento, já que ela dá uma importância grande ao livro didático. Quanto às outras professoras, estas não se identificam claramente com nenhuma dessas funções, apesar de explicitar sua importância elas deixam claro que o uso de outro

material é sempre necessário, pois o livro didático é apenas um suporte a mais, ele não é um fim, mas um meio para o desenvolvimento das habilidades necessárias para formação crítica do alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impressionante como o livro didático, criado há tanto tempo e ultrapassando barreiras para facilitar as formas de ensino e aprendizado, ainda nos dias de hoje, pode causar tantas controvérsias acerca de sua função, sendo objeto de estudo por vários pesquisadores, tentando encontrar o formato para o seu devido uso. Pode ser que essas controvérsias estão ligadas ao fato de que há várias ideias imprecisas em relação à maneira de como esse suporte pode ser utilizado por educadores. Diante disso, procuramos nessa pesquisa fazer uma análise crítico-reflexiva em relação à forma de como é utilizado o livro didático de Português pelo professor do ensino médio, nos trabalhos com eixos leitura e produção escrita.

Iniciou-se esse estudo apresentando uma discussão sobre a prática do professor ao trabalhar com a leitura e produção e a relação com o livro didático, para tanto foi dado um enfoque as sugestões dos PCNEM em relação ao processo de ensino e aprendizagem.

Diante do que foi exposto na fundamentação teórica, compreendemos que a leitura e a escrita são habilidades importantes para que os sujeitos possam ser inseridos no contexto social letrado. Dessa forma, entende-se que o professor é o principal membro para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, pois conscientes de seu papel, esses profissionais precisam encontrar subsídios, além do livro didático, que possibilitem a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, bem como uma visão crítica diante de tudo que os cercam, e o bom aprendizado da leitura e produção escrita podem garantir esse feito.

Através do contexto histórico do livro didático constatamos que a qualidade e eficácia desse livro, ainda são muito debatidas por vários pesquisadores, no entanto ele é o principal instrumento impresso gratuito oferecido pelo Governo para contribuir, não só ajudando o professor na prática de ensino como também, colaborando para a formação de leitura e escrita dos alunos.

Verificamos que o livro didático passou por grande evolução ao longo dos anos, com mudanças bastante positivas. Foi possível perceber que ele pôde mostrar-se como um instrumento eficiente e que ainda possui grande influência no ambiente de ensino e aprendizagem, principalmente ao se tratar do ensino de leitura e produção escrita, mas é

importante ressaltar que o livro didático não é completo, por tanto, cabe à escola ser criteriosa em relação à avaliação do PNLD e a escolha do material, e sempre buscar fontes alternativas para a metodologia de ensino, já que o livro didático não atende a todas as necessidades em benefício da educação.

Dessa forma, constatou-se que no colégio Modelo Luís Eduardo Magalhaes, o livro didático de português não é utilizado como principal método de ensino, ele é visto pelos professores como mais um suporte necessário que tem como função transmitir informações e conhecimentos e que, ao serem sistematizados em sala de aula, permitem a aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, e como tal, passa a ser um recurso facilitador da aprendizagem e instrumento de apoio à prática pedagógica, além de ser utilizado como uma fonte de busca de novos conhecimentos. Portanto, constatamos que esses educadores, de certa forma, atendem as recomendações dos PCNEM quando procuram outros meios de estimular o aprendizado dos educandos, levando em consideração tanto a realidade da unidade escolar quanto a dos alunos ao trabalhar com a leitura e produção escrita.

Na referida escola, foi possível constatar as formas de utilização do livro didático de português, bem como analisar considerações importantes defendidas pelos professores de linguagens em relação a esse procedimento metodológico no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, cabe aqui ressaltar que há a necessidade de mais estudos voltados para as concepções sobre o livro didático de Português no ensino médio, por parte de seus maiores envolvidos, neste caso, o professor e o aluno.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Outras mídias e linguagens na escola**. Série Materiais didáticos: escolha e uso. Salto para o futuro /TV Escola de agosto de 2005, p. 50-62. Disponível em: [http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos .pdf](http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf) Acesso em: 30 de outubro de 2013.

BATISTA, Amanda Penalva. **Uma análise da relação professor e o livro didático**. (Monografia) Graduação em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia. Salvador: UNEB, 2011. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Amanda-Penalva.pdf> Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o programa nacional do livro didático (PNLD). *In*: ROJO, Roxane. BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). **Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

_____. **Política de materiais didáticos, do livro e da leitura no Brasil**. Série Materiais didáticos: escolha e uso. Salto para o futuro /TV Escola de agosto de 2005, p. 12-24. Disponível em: [http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos .pdf](http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf) Acesso em 30 de outubro de 2013.

BORTINI-RUCARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL, DECRETO-LEI N. 8.460 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30359> Acesso em: 20 de junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação) Histórico do livro didático**. Brasília/DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico> Acesso em: 20 de julho de 2012.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012**. (Apresentação). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio> Acesso em: 10/09/2013.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012 – Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio> Acesso em: 10/09/2013.

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2013.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio.** Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BUNZEN, Clecio. **Dinâmicas discursivas nas aulas de português: os usos do livro didático e projetos didáticos autorais.** (Tese de Doutorado). Campinas, SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000465296> Acesso em: 26/08/2013.

_____. **O Livro Didático de Português como Gênero do Discurso: Implicações Teóricas e Metodológicas.** I Simpósio sobre o Livro Didático de Língua Materna e Estrangeira. IEL-UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/portal/?p=1009> Acesso em 08/09/2013.

CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens.** 7 ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** [online] Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30,n.3,p.549-566, set./dez. 2004. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf> Acesso em julho de 2012.

COSTA, Sérgio Roberto. A construção de “Títulos” em gêneros diversos: um processo discursivo polifônico e plurissêmico. In: ROJO, Roxane (org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000, p. (Coleção As Faces da Lingüística Aplicada).

DE PIETRI, Émerson. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente.** 2 ed.- Rio de Janeiro :Ediouro, 2009.

FERREIRA, Norma Sandra. Ainda uma leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. In: Língua Portuguesa - **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas.** São Paulo: IBEP, 2001. Disponível em: www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAF-AindaumaLeituradosPCNdeLinguaPort.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2013.

FREITAG, Bárbara. COSTA, Wanderly Ferreira da. MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Descobrimo novas formas de leitura e escrita. In: ROJO, Roxane (org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

HOSS, Myriam da Costa. **Prática de ensino da língua portuguesa** – 2 ed.- Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e Ensino de Língua: uma Questão Pouco “Falada”. In: DIONISIO, Angela Paiva. BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. WILSON, Victoria. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org). **Manual de linguística**-1ª ed. 2ª impressão-São Paulo: Contexto, 2009.

ROJO, Roxane (org). **Livros em sala de aula: modo de usar**. Série Materiais didáticos: escolha e uso. Salto para o futuro /TV Escola de agosto de 2005, p. 35-43. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf> Acesso em: 30 de outubro de 2013.

_____. **O livro didático de Língua Portuguesa: Modos de usar, modos de escolher** (PNLD/2007). Série O livro didático em questão. Salto para o Futuro/TV Escola de 08 a 12 de maio de 2006. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161240LivroDidatico.pdf> Acesso em: 25 de agosto de 2012.

_____. O perfil do livro didático de Língua Portuguesa para o ensino fundamental (5ª a 8ª séries) in: ROJO, Roxane. BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). **Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

SANTOS, Ana Márcia B. dos. PIMENTEL, Carmem Regina de Carvalho. **O livro didático nas aulas de Língua Portuguesa: usos e des (usos)**. In: ALB – Associação de leitura do Brasil. Disponível em: www.alb.com.br/anais16/sem11pdf/sm11ss01_08.pdf Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

SIMÕES, Darcília. A formação docente em letras à luz dos parâmetros curriculares nacionais: códigos e linguagens. In: AZEREDO, José Carlos de (org.). **Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina. SILVA, Ezequiel Theodoro da (Organizadores). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6ªed., Porto Alegre: Art Med, 1998.

SOUZA, Ana Lúcia Silva *et all*. **Letramentos no ensino médio** – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

TAGLIANI, Dulce Cassol. **O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa:** a produção de textos. Belo Horizonte: RBLA, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n1/v11n1a08.pdf> Acesso em: 08 de setembro de 2013.

VERCEZE Rosa Maria Aparecida Nechi e SILVINO Eliziane França Moreira. **O livro didático e suas implicaçõesNa prática do professor nasEscolas públicas de guajará-mirim.** Rev. Teoria e Prática da Educação, v.11, n.3, p.338-347, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.dtp.uem.br/rtppe/volumes/v11n3/010_rosa-338-347.pdf Acesso em: 02 de dezembro de 2012.

VISIOLI, Angela Cristina Calciolari. **Política de ensino de língua portuguesa e prática Docente.** (Dissertação de Mestrado). Maringá (PR): UEM, 2004. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/accvisioli.pdf> Acesso em: 16 de agosto 2013.

WITZEL, Denise Gabriel. **Identidade e livro didático: Movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa.** (Dissertação de Mestrado). Maringá (PR): UEM, 2002. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/dgwitzel.pdf> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

YASUDA, Ana Maria Bonato Garcez. TEIXEIRA, Maria José Ciccone (colaboradora). A situação do paradidático no cotidiano escolar. In: CHIAPPINI, Ligia (coordenadora geral). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZABALA Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Tradução: Ernani S. da S. Rosa. Porto Alegre: Artmed,1998.

ANEXO

ANEXO A: Questionário aplicado aos professores de língua portuguesa do ensino médio.

Ilmo. (a) professor (a)

Estamos realizando uma pesquisa para Trabalho de Conclusão do Curso em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS IV, cujo tema é *O uso do livro didático pelo professor do ensino médio nos trabalhos com os eixos leitura e produção escrita*.

Este questionário tem por objetivo buscar informações em relação ao uso do livro didático, a partir de sua opinião e experiências acerca desse instrumento de ensino. Para tanto precisamos de sua colaboração para responder as questões abaixo.

Comprometemo-nos a manter sigilo quanto a sua identidade e garantimos que as informações contidas aqui não serão divulgadas isoladamente.

Agradecemos imensamente pela sua contribuição.

Ana Gláucia Novais da Silva Oliveira
Clariécia Freire Silva

Questionário

1. Qual a sua formação?

() 3º grau incompleto () 3º grau completo () especialização () mestrado () doutorado

2. Nome do curso que você cursou (ou cursa):

a) Graduação: _____

b) Especialização: _____

c) Mestrado: _____

d) Doutorado: _____

3. Qual a série do ensino médio em que você atua?

() 1º ano () 2º ano () 3º ano

4. Há quanto tempo você atua como professor (a)?

5. Qual é a sua carga horária de aulas por semana?

6. Quais os recursos que você utiliza para trabalhar leitura e produção em sala de aula?

() Jornais, revistas, romances

() Livro didático

() Recursos audiovisuais

() Outros

Se escolher a última opção especifique: _____

7- Com que frequência você utiliza o livro didático em sua prática pedagógica.

- () Todos os dias () Uma vez na semana () A cada quinze dias () Nunca utiliza
() Outros _____

8. Se você UTILIZA o livro didático responda as questões a seguir:

a) Qual o nome e autor do livro que você utiliza?

b) Como foi feita a escolha desse livro?

c) Que tipo de critérios foram considerados para escolher o livro?

d) De que forma você utiliza o livro didático para trabalhar leitura e produção em sala de aula?

e) Em sua opinião, qual a função do livro didático nas aulas de Língua Portuguesa?

9. Se NÃO UTILIZA o livro didático responda as questões a seguir:

a) Por que você não utiliza o livro didático?

b) Quais as estratégias e recursos que você utiliza para preparar as suas aulas para trabalhar com leitura e produção?

c) Em sua opinião, qual a função do livro didático nas aulas de Língua Portuguesa?
